



Inclusão de pessoas com deficiência não se resume apenas à instalação de rampas



Imigrantes e refugiados no Brasil buscam recomeço



Editoras independentes mostram ousadia e ganham força

ZERO



Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Julho de 2018 | Ano 37 | Número 2

MEIO AMBIENTE | Página 8

As abelhas estão morrendo

Excesso de agrotóxicos, carência de tecnologia e falta de profissionalização são os principais problemas da apicultura no Brasil que continuam invisíveis, pois pouco se fala desses assuntos; é preciso três anos para se recuperar uma colmeia perdida



UNIVERSIDADE | Página 3

Ouvidos moucos: falta clareza no relatório da PF

Conclusão final do documento afirma que Cancellier sustentou uma “teia criminosa”, mas não esclarece como o falecido reitor se beneficiou e não explicita qual o montante de recursos que teria sido desviados nos cursos de Ensino a Distância da UFSC



Juliana Dal Piva é repórter da *Época* e de *O Globo*. Jornalista formada pela UFSC (2009), fez mestrado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Já trabalhou nos jornais *Folha*, *Estadão* e *O Dia*, além de ter sido uma das fundadoras da Agência Lupa. Venceu os prêmios Embratel e Libero Badaró de jornalismo impresso e foi menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, em 2014. Também foi finalista de inovação no prêmio da FNPI, em 2017. É autora do livro-reportagem *Em luta pela terra sem mal*, da editora Multifoco.

O primeiro **Zero** de 2018 chegou com uma cara nova e bem interessante. A renovação do projeto gráfico deu leveza à leitura e incorporou vários elementos que auxiliam a composição das matérias. Gostei dos destaques no lead e do uso de gráficos. O fotojornalismo voltou com peso às páginas do jornal desde a capa, que trouxe uma foto de impacto. Além disso, a pauta da edição esteve bem variada entre assuntos da cidade, do campus e investimentos de reportagem. Grande matéria sobre as quadrinistas que lutam contra sexismo nas HQs, uma abordagem noticiosa singular para pautas de cultura - o que é raro até na imprensa nacional - acostumadas a simplesmente divulgar exposições, filmes, livros etc. Começou muito bem a turma que conduz o Zero neste semestre. Aplausos.

Mas vamos aos importantes pormenores que podem melhorar as próximas edições. A manchete "A rua não é sopa" é pouco clara em relação ao conteúdo da excelente reportagem de capa. O assunto é sério demais para trocadilhos, embora eu também entenda a necessidade do título ser mais próximo ao de uma revista do que ao de um jornal. Sinto, porém, a necessidade de um tiquinho mais de sobriedade na chamada.

Ainda na matéria de capa, o assunto é antigo, mas foi tratado com um olhar bastante atento, mostrando o diferencial de repórteres sensíveis - atributo fundamental no jornalismo. Porém, há algumas menções sobre como o personagem central da matéria registrou casos de violência na polícia ou que ele estudou em escolas conhecidas da capital catarinense. E aí, fiquei me perguntando, não valeria a pena ir nas escolas? Encontrar antigos professores dele? A história foi esquadrihada de modo interessante em um texto fluído, mas sempre é bom conferir com outras fontes as informações que nossos entrevistados nos repassam. Podemos encontrar mais dados ou versões distintas, o que compõe mais a história.

Achei uma grande pauta a matéria "Socioeducativo em SC não funciona como deve", mas a edi-

ção não organizou bem a reportagem. A começar pelo título, manjado. É difícil encontrar um único sistema socioeducativo que funcione no Brasil e as histórias que a matéria contam são mais fortes para aparecer no título. A denúncia de torturas, especialmente. Também achei que os dados gerais do sistema demoram muito a surgir na matéria e a costura, entre eles com as histórias de violência, ficou um pouco solta.

Também penso que faltou cuidado com os termos técnicos. Temos obrigação como jornalistas de não reforçar preconceitos. Por exemplo, os promotores de Justiça orientam a referência a esses casos como "adolescentes em conflito com a lei". Nesses casos, não há "pena", então não existem "jovens apenados". Há uma menção sobre a existência de maiores de idade cumprindo medida socioeducativa, sem uma explicação concreta de quando isso pode ocorrer em um período no qual discutimos a diminuição da idade para processar adolescentes. Fiquei inclusive com uma dúvida cortante: o rapaz que abre matéria sofreu dois AVCs depois das torturas? Pedro processa o estado de Santa Catarina?

Por fim, acho que a edição como um todo deu uma abusada do uso do off. Conteí três reportagens que iniciaram com personagens que pediram o anonimato, nos casos do morador de rua e da vítima de violência é compreensível, mas talvez a matéria sobre a depressão no ensino superior pudesse ter tido outra abordagem. Sei que é difícil as pessoas concordarem com a exposição, mas é do ofício a gente tentar, e muito.

A cobertura da situação da UFSC e do inquérito sobre a morte do reitor Luiz Carlos Cancellier, segue devendo. A entrevista com o novo reitor teve muitas perguntas óbvias sobre problemas antigos da universidade e a matéria sobre o caso ainda foi muito pequena. Tem muitos ângulos para explorar nessa história ainda. Enfim, boa sorte na próxima edição pessoal. Ah, adorei ser "ombudsmína".



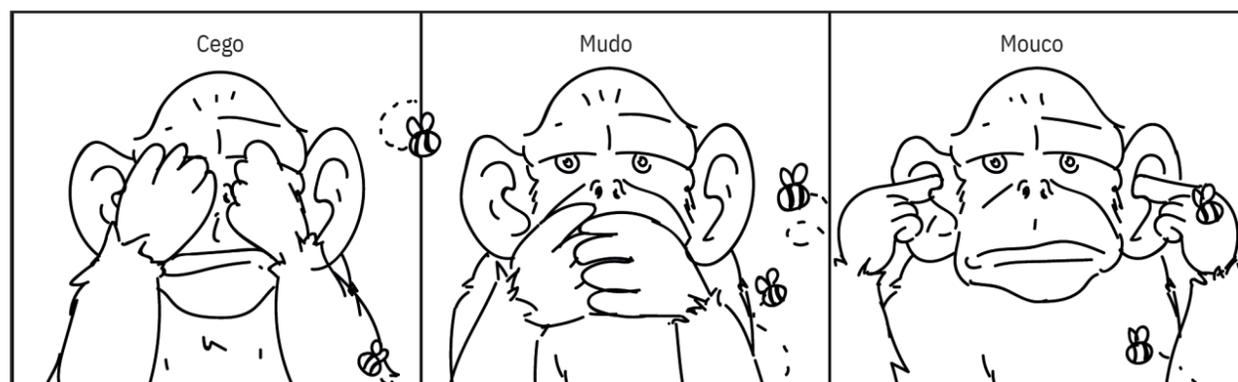
EDITORIAL

Caro leitor, está em suas mãos a segunda edição do **Zero** de 2018. Na reportagem de capa, as protagonistas são as abelhas. A morte delas, que tem como causa principal o uso excessivo de agrotóxicos, impacta não só apicultores e consumidores de mel, mas toda a vida na terra.

Destacamos questões cotidianas como a acessibilidade para as pessoas com deficiência, algo que ainda é um desafio, apesar de a UFSC ter abraçado a ideia e vir promovendo avanços. Abordamos ainda a disseminação e a rápida repercussão das notícias falsas, um problema que precisa de atenção e ampla discussão. Além disso, mostramos dois casos específicos de resistências culturais: as videolocadoras, que, cada vez mais escassas, resistem às mudanças de hábitos; e, as editoras independentes, que enfrentam com originalidade a concorrência das grandes editoras.

A edição traz uma reportagem que tenta explicar a questão da crise na Venezuela e da imigração daqueles que buscam um novo recomeço no Brasil. E para não dizer que não falamos da Copa, temos um infográfico com curiosidades e acontecimentos históricos que marcaram o evento em vários anos.

Nas páginas seguintes destacamos o relatório final da Operação Ouvidos Moucos, trazendo o desfecho da investigação que abalou a UFSC em setembro de 2017 e revelando respostas que o falecido reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo deu então à Polícia Federal. O nome da operação, com o decorrer dos fatos, não poderia ser mesmo mais adequado: a imprensa não deu ouvidos ao que interessava, anunciando erroneamente um desvio de 80 milhões de reais; não se ouviu Cancellier antes da prisão; não foi raro escutar pessoas fazendo suposições infundadas; no relatório da operação não se ouve falar do montante exato supostamente desviado e de como o falecido reitor teria se beneficiado dele.



ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 37 - N.º 2
Julho de 2018

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com
☎ (48) 3721-4833
📱 /jornalzero
🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900



★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★
Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000

★★
Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 & 2017

★
Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM NACIONAL 2017

★★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM SUL 2017 & 2018

★★★★★★
Melhor Peça Gráfica
Set Universitário | PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998

REPORTAGEM

Allan Rodrigues, Amanda Antunes Bueno, Bárbara Hammes, Bianca Jung, Brenda Dilli, Bruna Elisa Mayer, Bruno Rosa, Débora Damas, Diana Hilleshein, Karla Gabriela Quint, Priscila Ribeiro e Willian Ferreira

REDES SOCIAIS

Felipe Sales Cruz, Luiz Fernando Platt, Luiza Morfim, Oscar Führ e Tainan Antonio Toldo

FOTOGRAFIA

Chico Duarte, Giuliano Bianco, Karla Gabriela Quint, Mateus Mello e Willian Ferreira

INFOGRAFIA

Allan Rodrigues, Bruna Elisa Mayer e Larissa Karla Martinelli

CHARGE

Leonardo Oliveira Cordeiro

DIAGRAMAÇÃO

Allan Rodrigues, Bruna Elisa Mayer, Bruno Rosa Ramos, Carol Gómez, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli, Mariela Cancelier, Thayná Bessa e Willian Ferreira

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

EDIÇÃO

Allan Rodrigues Bento, Anna Beatriz La Marca e Mateus Mello

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Anna Beatriz La Marca e Carol Gómez

CAPA

Ildo Francisco Golfetto
Foto principal: Giuliano Bianco

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Mariela Cancelier

IMPRESSÃO

Gráfica Grafínorte

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.300 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

03 de julho 2018



Páginas de incertezas

Com indícios frágeis, conclusão final da Ouvidos Mucos afirma que Cancellier teria sustentado uma “teia criminosa” na UFSC

TEXTO POR ALLAN RODRIGUES
allanrodriguesbento@gmail.com
FOTO DE CHICO DUARTE
franduarte10@gmail.com

Com as 817 páginas do relatório final da Operação Ouvidos Mucos em mãos, o jornal **Zero** pôde conhecer e analisar os resultados da investigação que abalou a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no segundo semestre de 2017. A Polícia Federal entregou o relatório ao Ministério Público em meados de abril, sete meses após o início da operação. O acesso ao documento permitiu tornar públicas, de maneira inédita, as respostas que o então reitor da universidade, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, um dos investigados, deu ao interrogatório que antecedeu sua morte em dezoito dias. (ver p. 4)

Chama a atenção o contraste entre a espetacularização que tomou conta da operação quando foi deflagrada, com direito a condução coercitiva – hoje proibida por recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) – e mobilização de mais de 100 agentes federais, e o resultado do relatório.

À época, manchetes apoiadas em suspeitas e declarações da Polícia Federal, sem a premissa jornalística da correta apuração, anunciavam desvios de 80 milhões de reais repassados para os cursos de Educação a Distância oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Um dos investigados era Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da UFSC à época. Sobre ele recaía a suspeita de interferir nas investigações internas feitas por Rodolfo Hickel do Prado, corregedor-geral da UFSC. Cancellier foi preso por um dia e ficou impedido de entrar na UFSC. Dezoito dias depois, na manhã de dois de outubro, Cancellier suicidou-se no Shopping Beiramar, em Florianópolis.

O relatório é extenso, mas não está completo. Nele, há páginas e mais páginas de tabelas, gráficos, documentos e transcrições de conversas de WhatsApp que tentam estabelecer uma linha de raciocínio e comprovar a fraude na Universidade. Para procurar entendê-lo, o **Zero** buscou por pessoas que estivessem familiarizadas com o caso e possuíssem bagagem jurídica para tal.

Lédio Rosa, desembargador aposentado e amigo de infância de Cancellier, foi quem se propôs a desvendar os fatos presentes nas 817 páginas. Ou pelo menos tentar. As perguntas são muitas. Afinal, quanto dinheiro foi desviado? Quem teve participação em crimes? Por que ex-reitores não foram investigados? Como funcionava essa suposta quadrilha na UFSC?

“Isso [o relatório] não foi feito para ser entendido. Suas perguntas requerem respostas racionais que o relatório não fornece”, iniciou o ex-desembargador.

Não à toa, o Ministério Público Federal pediu uma nova diligência à Polícia Federal, requisitando provas de outra operação realizada na Universidade, a Torre de

Marfim, deflagrada em dezembro de 2017, e que investiga contratos das fundações de pesquisa e extensão da instituição de 2010 a 2017. O procurador André Stefani Bertuol é o responsável por pedir novas diligências, rejeitar os apontamentos da polícia e oferecer a denúncia final.

Para Rosa, a Polícia Federal tinha nas mãos o que chamou de um “enorme abacaxi”. Não se esperava que a Operação Ouvidos Mucos resultasse em consequências trágicas como a morte de Cancellier. “O relatório foi feito para dar fim a um fato incômodo. Na falta de elementos substanciais que indicassem quaisquer crimes com a participação do reitor, fizeram um relatório extremamente complicado e repleto de insinuações”, afirma.

Para o ex-desembargador, a dubiedade vai além de mera confusão. “O relatório se utiliza das ambiguidades da Lei Penal para não concluir absolutamente nada. Há o uso de terminologias genéricas como ‘organização criminosa’, mas não há explicações nem provas sobre como ela surgiu, como se organizava ou quem eram os líderes”, aponta.

O fato de a Polícia Federal concluir que a atuação da suposta “organização criminosa” vem “desde os tempos mais remotos do Ensino a Distância na UFSC” também chama a atenção. “Chega-se a essa conclusão sem uma mínima apuração da possibilidade de participação de ex-reitores que estavam à frente da Universidade no período investigado”, critica Rosa.

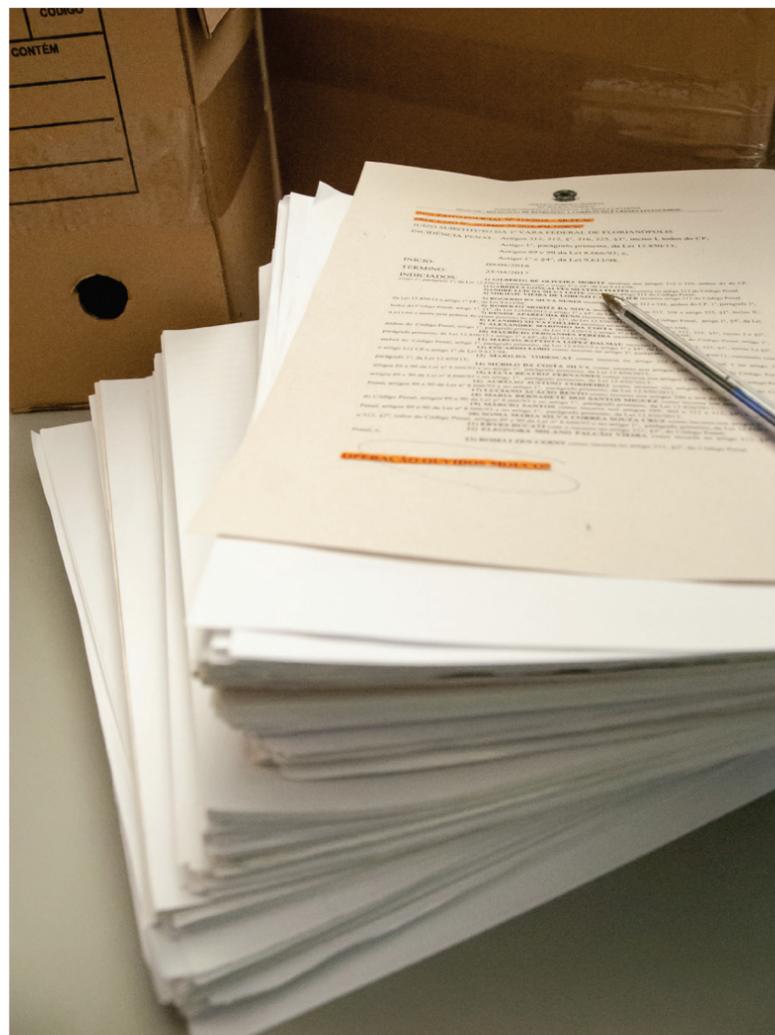
A exceção é o ex-reitor Álvaro Prata, citado numa conversa com Cancellier onde diz que conversou com o corregedor mas que ele “apenas comunicou sobre uma ação da PF em curso e em sigilo envolvendo recursos da CAPES e o Ensino a Distância na UFSC.”

As primeiras denúncias de irregularidades são de 2009. O Ministério Público Federal encaminhou em 2014 à Controladoria Geral da União uma denúncia anônima de mau uso dos recursos federais aplicados ao curso de Física da modalidade à distância por meio do UAB. É, no mínimo, curioso que não se fale no nome dos ex-reitores em se tratando de algo que, segundo a PF, ocorria há mais de dez anos.

Cancellier, reitor da UFSC somente entre maio de 2016 e setembro de 2017, é citado três vezes já na quinta página do relatório: “detinha pleno conhecimento sobre o funcionamento e dinâmica das fundações e de todas as irregularidades detectadas” e “sustentava e respaldava os investigados”.

Uma das marcas do relatório são as conversas de WhatsApp. Em alguns casos, é possível saber detalhes pessoais, fofocas e conversas que em nada acrescentam ao relatório. A Polícia Federal baseia boa parte de suas acusações em suposições tiradas dessas conversas.

Infere-se, por exemplo, que Cancellier faz mudanças no comando da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) e do Núcleo UAB para conter possíveis danos. Como prova, é transcrita uma conversa de três páginas entre o ex-reitor com o então Pró-reitor de Graduação da UFSC



“ISSO
não foi feito para ser entendido. Suas perguntas requerem respostas racionais que o relatório não fornece”

Quantidade: o relatório impressiona pelo número de páginas, mas pouco esclarece sobre as acusações



Alexandre Marino Costa, que assumiria no lugar de Marcos Dalmau, da SEAD. Segundo o ex-desembargador, prova-se que houve um consenso entre os envolvidos, mas em momento algum fica comprovada uma motivação criminosa na troca de cargos.

O relatório, apesar de impreciso, evidencia as irregularidades já apontadas, mas baseia-se substancialmente em pequenas fraudes, que não sustentam a acusação inicial da Polícia Federal. Nepotismo, coleguismos em troca de aumento de salário e vantagens ilícitas em contratos de terceiros são algumas das acusações.

Ao se retomar o valor erroneamente apontado em setembro de 2017, falava-se então em 80 milhões de reais. No relatório final, acusa-se, por exemplo, o superfaturamento de dois tanques de gasolina (R\$ 151,03), além do que seria efetivamente necessário para o deslocamento de um professor de Florianópolis até o polo da UFSC em Lages/SC.



É apontado um suposto esquema onde são utilizadas bolsas do UAB na realização de atividades que não seriam relacionadas ao EaD. Ligada à Cancellier, aparece Denise Aparecida Bunn, coordenadora do LabGestão à época, que troca mensagens com seu marido a respeito da dança das cadeiras na FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária e a respeito das contratações de seus serviços por parte de Cancellier. As conversas de WhatsApp indicariam, para a PF, desvio de parte das bolsas, o que incorreria em crime de improbidade administrativa.

Muita coisa é evidenciada sem as devidas comprovações. Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor, é indiciado por apropriação de dinheiro público, porque teve um depósito feito por Gilberto Moritz, que soma R\$ 7.102,04 que seria referente a recursos do projeto Especialização Gestão Organizacional e Administração em RH, coordenado por Cancellier.

Segundo a PF, o depósito foi feito em três parcelas, mas apenas uma delas tem comprovante fiscal. Em nenhum momento fica provado, por exemplo, que esses depósitos tem origem ilegal. Mikhail Cancellier alega não se lembrar da origem dos depósitos.

O afastamento de Taisa Dias, coordenadora do EaD do curso de Administração, também salta aos olhos. As conversas de WhatsApp evidenciam uma preocupação aparente por parte de inúmeras pessoas a respeito da estadia dela na coordenação do EaD do curso de Administração, por exemplo. Relata-se, inclusive, o depoimento da professora Evelize Welzel, coordenadora do curso presencial de Administração, onde ela afirma que Cancellier insistiu que Dias deveria sair da coordenação do EaD.

Em resposta ao reitor, Welzel disse que não tinha o poder para tanto e que sequer era próxima de Dias. Mas ao final de tudo, resta a palavra de um contra a palavra de outro.

Outra acusação que recai sobre o ex-reitor é de que a tentativa de avocação da investigação prova o seu envolvimento. Para a PF, o fato de o reitor ter tentado avocar para si os autos da investigação seria um dos indícios da sua participação na “organização criminosa”.

O relatório final deixa incertezas que deveriam ter sido sanadas. O que ele evidenciou foi a atuação não-transparente da Universidade, com falhas nas prestação de contas. As 817 páginas, para Rosa, indicariam práticas de pequenos delitos para se tirar proveito das bolsas do EaD e, acima de tudo, o óbvio: que existe um jogo político dentro da Universidade.

“A maioria das situações descritas não reflete uma ‘organização criminosa’, mas expressam as estratégias, conchavos e coleguismos – alguns ilegais, outros não – os quais ainda acontecem não só na Universidade, mas em organizações e instituições, sejam elas públicas ou não.”

O relatório final da investigação está nas mãos do procurador do Ministério Público Federal André Stefani Bertuol. Ele será o responsável por dar o parecer final e definir o futuro dos 23 indiciados.

Interrogatório do reitor

Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi preso e interrogado pela Polícia Federal em 14 de setembro de 2017. Cancellier foi questionado sobre seu envolvimento em diversas situações ligadas à Ouvidos Mucos. A principal acusação da PF é a interferência do ex-reitor nas investigações realizadas e seu papel como um suposto sustentador do grupo. Abaixo, organizamos algumas respostas que Cancellier deu durante o interrogatório.



ACUSAÇÃO RESPOSTA DE CANCELLIER

PARTICIPAÇÃO NA ORCRIM - NOMEAÇÃO PELO REITOR DE MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PARA POSTOS DE COMANDO DO ENSINO A DISTANCIA DA UFSC

Como já visto em outras oportunidades, entre 2008 e 2016 sempre algum membro do grupo investigado ocupou a direção do Departamento do Curso de Ciências da Administração - CAD/UFSC, condição que propiciava ao grupo investigado manter-se inserido no topo dos projetos de educação a distância daquele Departamento.

PARTICIPAÇÃO NA ORCRIM – MUDANÇAS NOS COMANDOS DO SEAD e NUAB PARA CONTENÇÃO DOS DANOS

Ao mesmo tempo em que nomeou vários investigados para cargos de chefia no ensino a distância da UFSC, o então reitor ao ter conhecimento das irregularidades, buscou conter os danos, articulando mudanças pontuais no SEAD e no NUAB, conforme pode se verificar no mesmo RAMA nº 0595656, vejamos:

Sobre as trocas no comando da Secretaria de Ensino a Distância, Cancellier afirmou ter realizado as substituições por razões de melhoria de gestão e por não considerar adequado manter membros oriundos de um mesmo curso em um mesmo colegiado. No relatório, a Polícia Federal supõe que essas trocas foram feitas para sustentar e dar continuidade à ORCRIM – sigla usada para “organização criminosa”.

na internet, o ora DECLARANTE respondeu que não se recorda; QUE perguntado sobre por qual razão criou a Secretaria de Ensino à Distância, o ora DECLARANTE respondeu que na verdade, durante a sua gestão, a referida Secretaria foi recriada, com intuito de se dar a devida importância aos programas de Educação a Distância; QUE a recriação desta Secretaria possibilitou a centralização da cadeia hierárquica do programa de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil da UFSC na Secretaria de EaD, a qual por sua vez, é subordinada a Reitoria; QUE confirma que

colegiado, o ora DECLARANTE decidiu por dispensar da função de SEaD o Professor DALMAU (também do curso de Administração), substituindo-o por LUCIANO CASTRO (do curso de Design); QUE confirma que determinou a troca do coordenador UAB, ROGERIO DA SILVA NUNES, por MARCIO SANTOS, em fevereiro de 2017; QUE afirma que ROGÉRIO era integrante da equipe de DALMAU, sendo que quando LUCIANO assumiu a função de SEaD, coube a este a indicação de um servidor para atuar como

ACUSAÇÃO RESPOSTA DE CANCELLIER

PARTICIPAÇÃO NA ORCRIM – AFASTAMENTO DE TAISA DIAS DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE A DISTANCIA

TAISA DIAS, como é sabido, foi uma precursora da revelação das ilicitudes desmedidas que ocorriam com recursos destinados aos cursos de ensino a distância, e ciente disso, o grupo tentou, por todas formas, persuadi-la a praticar, ou ao menos não impedir, a continuidade dos atos de interesse do grupo investigado – isso

Ao ser questionado sobre o afastamento de Taisa Dias da Coordenação do Curso de Administração EaD, Cancellier afirmou que este é um assunto que cabe ao Curso EaD de Administração, sem interferência por parte da reitoria nessa questão. Ele nega o interesse na saída de Taisa Dias da função, lembrando o apoio dado pela mesma à sua candidatura à Reitoria.

A Polícia Federal cita o interrogatório de Evelize Welzel, coordenadora do Curso Presencial de Administração, em que ela menciona esforços do reitor para tirar Dias da Coordenação. É a palavra de Cancellier contra a de Welzel.

EaD para atingir um maior número de alunos; QUE perguntado se o ora DECLARANTE confirma ter feito gestões junto a outros professores para que tentassem convencer TAISA DIAS a deixar a coordenação do curso EaD de Administração, respondeu que NÃO e que este é um assunto interno do curso EaD de Administração, sobre o qual não há ingerência por parte da Reitoria, nem houve por parte do ora DECLARANTE; QUE nega ter tido interesse na saída da TAISA dessa função, sendo que TAISA, inclusive, apoiou o ora DECLARANTE por ocasião da candidatura deste à função de Reitor; QUE afirma que não tentou proteger ninguém ao exarar o Despacho de AVOCACÃO da Sindicância Investigativa em foco, tendo atuado pelos motivos já destacados neste Termo de Declarações; QUE considerando que com relação aos valores

ACUSAÇÃO RESPOSTA DE CANCELLIER

PARTICIPAÇÃO NA ORCRIM – PROXIMIDADE COM DENISE APARECIDA BUNN - LABGESTÃO

Foi verificado, quando da elaboração do Relatório de Análise de Material Apreendido da Equipe SC16 – LabGestão (análise de mídia), que DENISE, coordenadora operacional do LABGESTÃO, como já tratado, possuía proximidade com CANCELLIER e que dele obtinha oportunidades de contratações na condição de coordenador de projetos financiados por verbas públicas.

Cancellier não é questionado sobre essa proximidade do interrogatório. O relatório apresenta conversas de WhatsApp em que Denise Aparecida Bunn troca mensagens com seu marido a respeito das trocas na FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária e sobre contratações de seus serviços por parte de Cancellier. Não existem provas concretas a respeito dessa proximidade a nível de “organização criminosa”.

ACUSAÇÃO RESPOSTA DE CANCELLIER

PARTICIPAÇÃO NA ORCRIM - TENTATIVA DE AVOCACÃO DA INVESTIGAÇÃO SIGILOSA SOBRE O EAD EM CURSO DENTRO DA CORREGEDORIA DA UFSC

Importante ressaltar o aspecto temporal e cronológico dos acontecimentos, isto é, mesmo após todos os fatos narrados acima, CANCELLIER ainda tenta avocar a investigação da Corregedoria Geral da UFSC, em julho de 2017, o que, por si só, é mais um forte indício de seu papel de garantidor da ORCRIM.

Reiteramos que o então reitor foi beneficiário de recursos dos projetos de EaD da UFSC, como também recebeu apoio político do grupo e o inverso também, tendo a investigação demonstrado intensos interesses políticos no seio da instituição de ensino superior.

função de Reitor; QUE afirma que não tentou proteger ninguém ao exarar o Despacho de AVOCACÃO da Sindicância Investigativa em foco, tendo atuado pelos motivos já destacados neste Termo de Declarações; QUE considerando que com relação aos valores

passariam a ser apurados com maior isenção; QUE deseja registrar que os fatos acima, sob a sua ótica, demonstram que o ora DECLARANTE não tentou em momento algum interferir ou inviabilizar a apuração dos fatos; QUE o que o deixava inquieto era apenas

também estava realizando uma apuração própria a respeito dos mesmos fatos; QUE ao avocar os autos da Sindicância Investigativa, o ora DECLARANTE, o fez, com acompanhamento e supervisão direta de membro da Advocacia-Geral da União, na pessoa do Procurador Federal que atua junto à UFSC, o Dr. JULIANO; QUE o

Sobre a tentativa de avocação da investigação, Cancellier alega que não tentou proteger ninguém, nem tentou interferir ou inviabilizar a apuração dos fatos. Além disso, ele afirma ter feito a tentativa sob a supervisão e acompanhamento direto de um membro da Advocacia Geral da União. Para a Polícia Federal, a tentativa de avocação por parte do ex-reitor seria um “forte indício” de que Cancellier detinha o papel de garantidor da “organização criminosa”. **Z**



Inclusão não é só rampa

UFSC realiza obras e implementa cotas no vestibular para pessoas com deficiência, mas os desafios não terminam por aí

O ano de 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) começou com uma conquista quando se fala em inclusão. O vestibular do ano passado foi o primeiro que atendeu à Lei 13.409/2016, que institui cotas para pessoas com deficiência em universidades federais. Hoje a Universidade conta com 207 estudantes autodeclarados com deficiência. Até agora, 41 se matricularam para os dois semestres deste ano. A proporção de vagas reservadas à nova modalidade deve ser no mínimo igual a de pessoas com deficiência em Santa Catarina. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, as pessoas com deficiência representam cerca de 20% da população do Estado.



Obstáculos: apesar das Rotas Acessíveis, muitos trechos das calçadas ainda estão esburacados e dificultam a locomoção

Mas a inclusão vai muito além de ingressar na universidade. As condições com as quais pessoas com deficiência se deparam no meio acadêmico podem facilitar ou dificultar a permanência desses estudantes nos cursos de ensino superior, seja na questão da locomoção pelo campus, da acessibilidade dos prédios e áreas externas, da interação com colegas e professores ou das próprias aulas.

Durante a graduação, Thais Becker, de 23 anos, recém-formada do curso de Direito na UFSC, sofreu um acidente. Ao retornar à universidade, passou a utilizar uma cadeira de rodas para se locomover. Já nos primeiros dias, a estudante percebeu que havia muita coisa que precisava mudar para que a instituição se tornasse mais acessível e inclusiva. No início, o que mais lhe chamou a atenção foi a questão da acessibilidade física. Ela conta que, mesmo estudando no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), que é adaptado para cadeira de rodas, considera a universidade, como um todo, despreparada para receber alunos cadeirantes ou com alguma dificuldade de locomoção. “Isso me sensibilizou muito, porque eu acho que quando a gente está na universidade, acessar o espaço é indispensável para que a vivência seja igualitária entre todos que frequentam o ambiente universitário.”

A partir de então, Becker passou a procurar outros estudantes com deficiência para propor um projeto inclusivo. Solicitou à Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) o contato de outros estudantes e, inicialmente com cinco pessoas, foi criado o projeto “Por uma UFSC Inclusiva”. O grupo discute a inclusão e acessibilidade na instituição com diversos objetivos — um deles é melhorar a recepção de novos alunos com deficiência, “para que eles saibam que existe um grupo de apoio que pode ajudá-los”.

Becker conta que o grupo debate questões como preconceito e vai além, atuando para fortalecer o contato e o convívio entre os próprios alunos com deficiência. “Para que a gente se conheça, possa dividir experiências, enfim, ter contato e poder atuar na universidade de maneira que nossos direitos sejam garantidos”, afirma. Além disso, na página do projeto no Facebook são publicados conteúdos que fomentam e divulgam iniciativas já existentes voltadas a pessoas com deficiência, como o oferecimento de esportes adaptados e bolsistas da CAE.

Durante as reuniões com os integrantes do “Por uma UFSC Inclusiva”, Becker percebeu que suas demandas quanto à acessibilidade arquitetônica não eram exclusivas — havia muitos outros estudantes que necessitavam de calçadas com melhores condições para se deslocarem. O grupo elaborou um mapeamento para descobrir quais eram os principais pontos deficitários em comum para que o máximo de alunos com deficiência fossem beneficiados. “A gente fez um questionário que foi respondido por mais ou menos 150 alunos, dos quais acredito que uns 30 eram alunos com deficiência, ou até servidores, porque a gente sabe que não transitam só alunos na universida-

de. O que se delimitou foi o trajeto que hoje tá sendo reformado.”

Ela levou a questão ao reitor na época, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e o projeto-piloto para Rotas Acessíveis foi desenvolvido pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE). Orçadas em 800 mil reais, as obras da primeira etapa do projeto devem ser concluídas antes de 30 de julho, início do segundo semestre letivo deste ano, de acordo com Evandro Machado Fernandes, diretor do DPAE. A primeira etapa consistiu em pavimentar e padronizar as calçadas que ligam as duas principais edificações do campus: a Biblioteca Universitária (BU) e o Restaurante Universitário (RU). Em uma segunda etapa, que ainda não foi iniciada, pretende-se fazer um trecho de ciclovia e continuar a padronização da BU até a rótula da Trindade, passando pelo ponto de ônibus.

Outro setor da universidade voltado à acessibilidade é a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, que existe desde 2013 e é vinculada à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). No momento da inscrição no vestibular, é possível se autodeclarar pessoa com deficiência. Ao ingressar na UFSC, o estudante é acolhido pela CAE, que identifica junto dele suas necessidades e entra em contato com a coordenação do curso para explicitar as demandas encontradas e orientar os professores. Caso seja vontade do aluno, a Coordenadoria disponibiliza os serviços de bolsistas de acessibilidade, que auxiliam em tarefas como transcrição das aulas, descrição de imagens, acompanhamento no deslocamento pelo campus e mediação pedagógica (espécie de monitoria), por exemplo.

Hoje a Coordenadoria conta com 15 bolsistas. “A atuação deles é muito variada. Depende das demandas que o estudante

Inclusão

deve ser um valor, não apenas uma prática





com deficiência vai trazer. Às vezes, são coisas que têm vínculo com a deficiência, às vezes são coisas que têm vínculo com a falha da educação básica. A gente sempre tenta atender às especificidades de cada pessoa, por isso não temos um trabalho pronto”, explica Bianca Costa Silva de Souza, coordenadora da CAE. Há uma preocupação quanto à crescente demanda dos estudantes pelos serviços da Coordenadoria. “Esperamos que no próximo semestre o número de bolsistas aumente, porque vamos receber cada vez mais estudantes com deficiência.”

Uma das bolsistas é Vanessa Cruz Bonin, que cursa a oitava fase de Psicologia na UFSC e foi contratada pela Coordenadoria há quase um ano para o acompanhamento de estudantes com deficiência e promoção de acessibilidade. Ela conta que recebeu cursos de capacitação a cada início de semestre para desenvolver suas atividades. Neles, os casos dos alunos a serem acompanhados são apresentados, fala-se sobre as diferentes deficiências e as necessidades das pessoas com quem os bolsistas irão atuar.

Além disso, são feitas supervisões semanais em grupo e elaborados relatórios sobre a atuação em que deve-se descrever, passo a passo, tudo que foi realizado junto ao estudante com deficiência. “A gente relata os casos, troca ideias, tenta pensar melhores formas de atuação. Isso é muito rico, porque a gente está sempre aprendendo uns com os outros”, conta Bonin.

Atualmente, ela é uma das bolsistas que auxiliam Lucas Vinicio Stank, calouro de Jornalismo que é cadeirante. Sua atuação consiste em acompanhá-lo durante seu deslocamento, desde o estacionamento até a sala de aula, transcrever o conteúdo das aulas e provas, auxiliar na digitação de textos longos e buscar banheiros adaptados, rampas e carteiras que se ajustem à cadeira de rodas, por exemplo. Bonin acredita que na universidade há dificuldade de equiparação de oportunidades, portanto, os trabalhos que têm como princípios de promover autonomia pessoal e acesso ao conhecimento são essenciais.

“Eu vejo que se trata de um trabalho muito importante e democrático, porque a gente não faz nada pelo estudante. Não estamos ali para cumprir as atividades por ele, tentamos fazer uma ponte para que ele tenha o mesmo acesso ao conhecimento que as pessoas que não têm deficiência.”

Stank, de 18 anos, também acredita que o trabalho dos bolsistas é importante. “Eu não sei como é que eu me viraria sem eles para me locomover aqui na UFSC sozinho. Tem lugares que são muito difíceis de chegar. Por duas vezes eu quase caí no chão a caminho do RU, porque a minha roda ficou presa em um buraco e eu fui para a frente”, conta. Para ele, a maior barreira é a arquitetônica. “Quando eu passei no vestibular eu já imaginava isso. A gente com deficiência vai se acostumando, infelizmente temos que nos adaptar mais aos lugares do que os lugares se adaptam à gente.”

Um lado positivo da experiência acadêmica que Stank ressalta é a ajuda que os colegas e professores têm prestado. Em uma das disciplinas, por exemplo, ele conta que o professor adaptou as saídas fotográficas, tendo em vista que a deficiência limita os movimentos dos seus membros superiores e inferiores. A solução que o docente encontrou foi disponibilizar tripés e monitores das aulas para auxiliarem com o equipamento e na hora de fotografar.

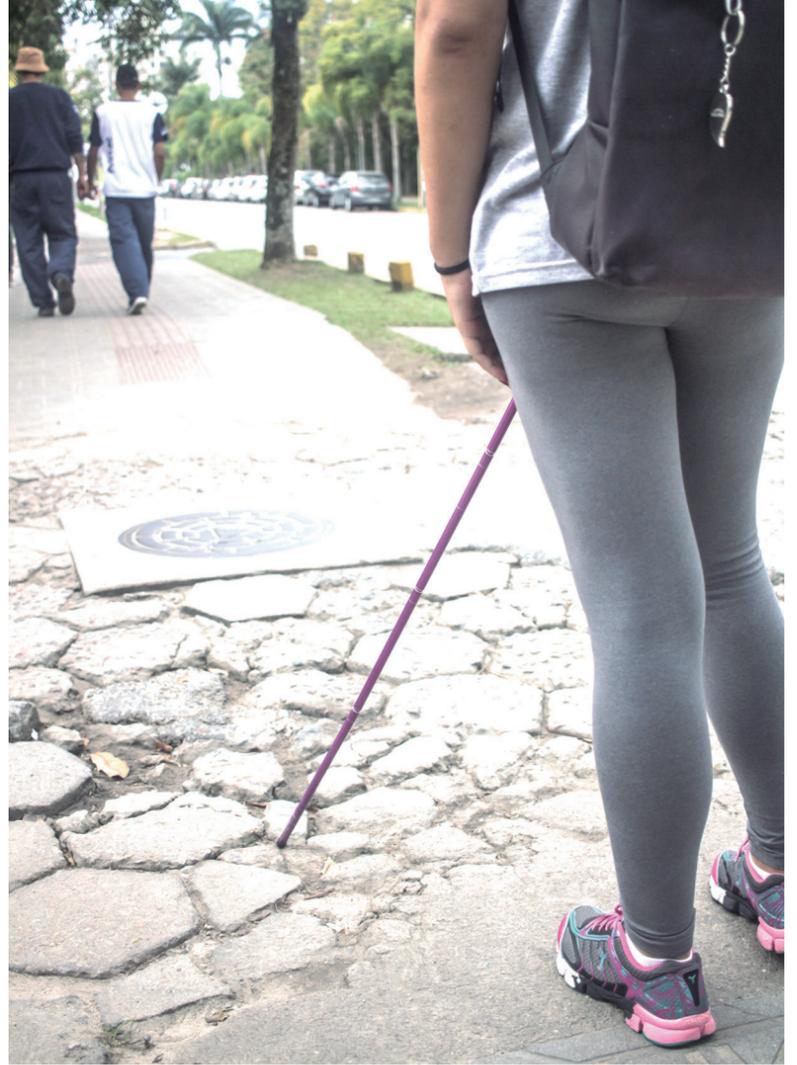
As barreiras atitudinais

O setor de Acessibilidade Informacional (AAI), localizado no térreo da Biblioteca Universitária, foi criado em 2007, inicialmente como um projeto que promovia o serviço de adaptação de material. “O nosso trabalho é uma ponte entre o estudante com deficiência e o conteúdo a que ele tem que chegar, seja o da biblioteca ou o que o professor pede”, explica Clarissa Agostini Pereira, responsável pelo setor.

Atualmente, são oferecidos diversos serviços como a orientação aos usuários no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos, a audiodescrição e serviço leitor, o assessoramento em acessibilidade informacional para a comunidade acadêmica, empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva e adaptação de textos para Braille.

O trabalho de adaptação de material continua sendo a principal atuação do AAI. O setor adapta cerca de seis mil páginas por semestre. Pereira conta que esse trabalho é feito sob demanda e acontece em parceria com o professor. É indicado aos docentes ao longo do semestre que o envio dos materiais seja feito com no mínimo duas semanas de antecedência. “Hoje em dia o nosso problema maior é esse contato com os professores dos departamentos. Nem todos ainda se sensibilizam, não no sentido de drama, mas de perceber o aluno”. Por diversas vezes o setor não consegue atender às solicitações nos prazos estipulados. Pereira afirma que isso ocorre porque muitas vezes os materiais chegam com um atraso dos professores, com prazo muito curto entre o processo de adaptação e de entrega do conteúdo, o que sobrecarrega a equipe composta por três servidores e cinco bolsistas.

Apesar de já estar na quinta fase do curso de Serviço Social, Ingrid Franco, de



No alto: Ana Maria Santiago enfrenta diariamente obstáculos não apenas na universidade, mas na cidade em geral
Acima e ao lado: bolsistas da CAE auxiliam o estudante de Jornalismo Lucas Stank
Abaixo: textos podem ser adaptados para Braille, possibilitando maior acessibilidade aos alunos com deficiência visual



Cerca
de seis mil páginas
por semestre
são adaptadas
pelo setor de
Acessibilidade
Informacional

Tecnologia assistiva na UFSC

O setor de Acessibilidade Informacional (AAI) oferece equipamentos de tecnologia assistiva que podem ser emprestados através da Biblioteca Universitária. Poucos sabem, mas a orientação de não escrever e rasurar os livros da BU serve também para a leitura acessível. Um scanner, por exemplo, pode confundir letras e acrescentar informações ao original complicando a vida de quem precisa da leitura adaptada.



Teclado de alto contraste

Auxilia as pessoas com baixa visão a digitar a partir do contraste de cor e ampliação das letras.



Scanner

Permite adaptar o material (um livro ou texto, por exemplo) através do computador, para que seja lido por software.



Máquina Braille

Permite que o estudante escreva em Braille, como em uma máquina de datilografia.



Lupa eletrônica

Permite mudanças de contraste e pode aumentar uma imagem até 36 vezes.



Teclado Colmeia

Facilita a digitação para estudantes com alguma limitação da coordenação motora fina, pois há delimitação física de cada letra do teclado.



Mouse estático de esfera

Auxilia no controle do cursor e no clique na tela do computador.



Linha Braille

Dispositivo acoplado ao computador que configura as informações em linhas de texto em Braille para controlar a navegação.



Reglete

Permite a escrita em Braille. Escreve-se da direita para a esquerda.



24 anos, continua enfrentando diversos problemas que dificultam a permanência relacionados a esta barreira atitudinal. Embora o material de estudo possa ser adaptado para que a estudante com cegueira leia através de software ou Braille, muitas vezes os professores não enviam os arquivos para o AAI e Franco sente-se obrigada a desempenhar uma responsabilidade que seria do docente para não ficar sem o conteúdo das aulas. “A gente quer, com certeza, estar em pé de igualdade com todo mundo, mas nós temos as nossas necessidades e particularidades, e elas têm que ser supridas. Quando a gente se depara com turma que não inclui o aluno quando precisa fazer um trabalho em grupo, ou quando o professor não colabora, acaba desmotivando”, enfatiza.

As questões atitudinais vão além. Trata-se de fazer com que o estudante com deficiência se sinta acolhido. Para isso, é necessário que se converse com o aluno para saber o que lhe é acessível e o que não é. Para um estudante com cegueira ou deficiência visual, falar “isso”, “aquilo” ou “lá” acaba sendo uma maneira de confundir. Apontar para o quadro sem descrever o que se passa nele também é uma atitude que reforça barreiras comunicacionais.

Outro exemplo é com filmes legendados. “Quando é dublado, tendo alguém ou não pra fazer a audiodescrição da imagem de determinadas partes, eu vou entender da mesma maneira. Vai faltar uma ou outra coisa, mas eu vou entender o contexto geral. Legendado, já é uma coisa quase impossível de acompanhar porque, pensa, são duas pessoas no teu ouvido. Eu já passei por essa experiência — uma lendo e outra descrevendo. Não faz sentido”, conta Franco.

A recomendação do AAI para um professor que pretende passar um vídeo é que conheça e faça a audiodescrição das cenas. Além disso, a CAE disponibiliza em seu site uma série de documentos chamada Docência Acessível, que tem como objetivo tanto esclarecer questões relacionadas à deficiência como, também, instruir sobre práticas acessíveis que podem ser adotadas para o melhor acolhimento do estudante.

“Eu tenho uma colega que faz Letras Português. Ela é cega também. Várias vezes eu e uma outra colega já encontramos meio perdida pelo campus. As pessoas preferem esbarrar por aí. Estão enxergando, mas existe uma cegueira social.” Franco se refere a Ana Maria Santiago, que tem 20 anos e está na sexta fase do curso.

Ao chegar à universidade a partir do ponto de ônibus da BU, ela realiza o trajeto até o Centro de Comunicação e Expressão (CCE), que fica a 200 metros e é permeado

por buracos, elevações, degraus quebrados e interrupções abruptas no piso tátil. Santiago conta que, quando o piso acaba, utiliza os canteiros para se guiar, mas muitas vezes se perde. A estudante também compartilha das questões acerca do envio do material para adaptação, assim como Franco. Ela relata que, ao solicitar a que o professor envie os conteúdos ao AAI, alguns dizem: “eu não tenho tempo”, “não vou fazer” ou então “não posso”.

Santiago defende a necessidade de um apoio institucional para cobrar o respeito e a garantia dos direitos básicos das pessoas com deficiência, como a circulação pela universidade, direito à informação, ao acesso aos materiais e às aulas como todos os demais estudantes. Seja para usuários de cadeira de rodas, de bengala ou pessoas com qualquer dificuldade (temporária ou não) de locomoção, uma coisa é certa: “inclusão não é só rampa”.

É o que afirma Vinicius Schmidt, estudante de 28 anos que cursa a sétima fase de Psicologia. Para ele, a UFSC deve implementar um programa que defenda a inclusão como um valor, e não meramente como uma prática aplicável a partir do bom senso. “A partir do momento em que se defende isso como um valor, ou seja, como uma unidade básica de entendimento e funcionamento da universidade, as ações vão ser sempre voltadas para que a inclusão seja prioridade. Se o professor me diz ‘eu não vou digitalizar esse texto porque não é minha obrigação’, eu respondo ‘sim, é tua obrigação porque, dentro dos valores da universidade a gente defende a inclusão, assim tu não tá sendo inclusivo’. Já deixou de ser uma questão de bom senso há muito tempo.” **Z**

“Pessoas preferem esbarrar por aí. Elas estão enxergando, mas existe uma cegueira social”



Morte das abelhas gera graves consequências

Excesso de agrotóxicos, falta de tecnologia e de profissionalização são causas do desaparecimento que pode afetar a biodiversidade

“Aqui pessoal, óh! Tudo morto... Tudo morto!”. É assim que Jamil Alves da Luz, de 37 anos, apresenta, em um vídeo compartilhado nas redes sociais, as milhares de abelhas sem vida, recolhidas do chão, sob as 150 colmeias que ele cultiva. Apicultor de Arapotí, no interior do Paraná, Luz não conseguia acreditar no que estava vendo. Chegou para buscar suas colmeias após um trabalho de polinização e o que encontrou foi uma catástrofe. O parco zum zum zum das abelhas que restavam parecia gritar pela morte de suas irmãs. “E não foram só as minhas, não. Havia colmeias de amigos meus que estavam junto, e morreram todas!”

Num cenário repleto de eucaliptos e plantações de soja, o vídeo de Luz foi compartilhado diversas vezes por amigos apicultores em grupos de aplicativo de celular. “É triste você chegar num apiário e estar tudo morto, né? Tudo, tudo, tudo!”, lamenta.

A situação vivida por Luz está se tornando cada vez mais comum entre os apicultores do país. As abelhas estão morrendo de forma desenfreada. O impacto disso tudo? Prejuízos profundos na vida dos apicultores - e do planeta.

“As abelhas são indicadores ecológicos por natureza. A morte delas é um problema da sociedade”, enfatiza Ricardo Rodrigues Costa de Camargo, presidente da Associação de Meliponicultores do Estado de São Paulo (AMESAMPA). Pesquisador da área, Camargo explica que as dificuldades da apicultura no Brasil são muito diferentes das vivenciadas na América do Norte e na Europa. As abelhas estão diminuindo visivelmente em todo o mundo, e no Brasil, um país gigante, os problemas também são complexos e crescem a cada dia.

A morte desenfreada das abelhas acontece há décadas, principalmente nos Estados Unidos e Europa. Muito tem-se falado sobre o assunto, mas uma grande confusão vem sendo feita no Brasil. O termo Desordem do Colapso das Colmeias (DCC), utilizado por vários estudiosos, para denominar o desaparecimento das abelhas lá fora, não pode ser ligado ao que acontece por aqui. No Brasil, o DCC não tem casos confirmados, porém, existem outros problemas que continuam invisíveis aos olhos da maioria das pessoas, mas que afetam há anos as abelhas.

Generosa Sousa, bióloga e doutora em Ciências Agrárias com foco em Bioecologia das Abelhas, afirma que os agrotóxicos utilizados na agricultura são os principais causadores da mortalidade de abelhas no Brasil. Coordenadora do Setor de Meliponicultura na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Sousa realiza coleta de abelhas mortas desde 2015 e as envia para análises em São Paulo. O que

ela vem percebendo ao longo do tempo é a padronização de certos tipos de agrotóxicos encontrados nas abelhas. Em 90% das amostras, o agrotóxico que se manifesta com mais frequência é o Thiametoxam.

Em junho deste ano, uma Comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que visa afrouxar ainda mais o uso de agrotóxicos no país. Depois de uma sessão tumultuada, o projeto que divide ambientalistas e ruralistas, os principais interessados no assunto, seguiu para plenário.

A situação só piora com a falta de profissionalização dos apicultores no Brasil. Para Camargo, o apoio ao ensino dos profissionais da apicultura está diretamente ligado aos problemas que acontecem no mercado apiário. A falta de preparo no manejo de colmeias pode acabar desencadeando a morte massiva de abelhas.

Jean Samuel Rocha levanta a mesma questão. Apicultor desde os dez anos e biólogo especializado em nutrição das abelhas, ele explica que em muitas comunidades de apicultores que fizeram o manejo de forma correta o número de mortes de colmeias foi praticamente zerado. Infelizmente, a realidade do Brasil não vai ao encontro do apoio esperado. São muitas as reclamações e críticas por falta de amparo dos órgãos ambientais, tanto na profissionalização dos apicultores, quanto na proteção contra as violações de uso de agrotóxicos. “Se dez cabeças de gado morrem repentinamente numa fazenda de criação, vai existir todo um olhar da vigilância sanitária; agora, quando as abelhas são dizimadas, o poder público não vê isso como um problema... É gravíssimo!”, compara o presidente da Amesampa.

Com a crescente mortandade das abelhas no país, o pesquisador Lionel Gonçalves procurou uma forma de abrir os olhos da população. Professor titular aposentado da USP, ele trabalha com abelhas há mais de 50 anos e, destes, dedica quatro para a campanha “Sem abelhas, sem alimento”.

Dentro da ONG em que atua, chamada “Bee or not to Bee”, Gonçalves e sua equipe produziram um aplicativo chamado Bee Alert, que tem como objetivo ajudar os apicultores a registrar, no mapa mundial, todas as ocorrências de morte de abelhas, suas causas e o número de colmeias que foram atingidas. Já registraram mais de 250 ocorrências em 18 estados do Brasil, o que corresponde a mais de 12.500 colmeias de abelhas mor-

tas. Cada colmeia tem aproximadamente 60 mil abelhas, representando cerca de 750 milhões de abelhas mortas devido aos pesticidas. “É um massacre, é uma morte massiva que vem ocorrendo em 18 estados do Brasil, sendo que os principais ou mais atingidos são os casos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná”, explica Gonçalves. Os prejuízos para os apicultores são espantosos, no mínimo R\$ 30 mil por apicultor, ou uma estimativa de R\$ 500 por colmeia.

Amor incondicional

“Estou conseguindo sobreviver da apicultura... Mas está difícil.” Luz, o apicultor que recolhe as abelhas mortas, e que há 17 anos cultiva colmeias, garante que suas perdas se tornaram mais frequentes a partir de 2010. Desde então, assim como ele, muitos outros apicultores lutam para viver da profissão.

Inácio Bruning trabalha com o manejo das abelhas desde 1981. Das suas 150 colmeias, já perdeu 17 de uma vez só. Com seu sustento quase todo gerado pela apicultura, perder uma quantidade como essa afeta diretamente sua vida. “Se for para ganhar dinheiro, você pode trabalhar com outras coisas, porque viver de apicultura é complicado.” A cada colmeia perdida, o apicultor leva até três anos para recuperar uma nova.

Ilse Pabst, de 62 anos, conta que o manejo das abelhas vem de longa data. Seu pai sustentou as sete filhas com a profissão de apicultor em Joinville. Ela conta que ainda nem andava direito e já tinha que dormir em cima do carrinho onde seu pai trabalhava com as abelhas.

Além da determinação para continuar trabalhando com apicultura, Luz, Bruning e Pabst têm outra coisa em comum: o amor incondicional pelas abelhas.

“Eu trabalho 24h por dia para as abelhas. Eu durmo pensando nelas. Às vezes eu ponho algumas abelhas dentro da camisa quando estou no apiário e preciso transportá-las para outro lugar, onde vou passar a noite. Durmo com elas no corpo, para mantê-las quentinhas”, conta Pabst.

Bruning, que conhece de perto a importância da polinização para a biodiversidade, lembra que é preciso amar não só as abelhas, mas o meio ambiente como um todo. A abelha, o ser humano, a vegetação. “Tudo faz parte de um único organismo.”



“A cada colmeia perdida, o apicultor leva até três anos para recuperar o prejuízo”

Desaparecimento das abelhas da América do Norte e Europa

De forma misteriosa, milhares de abelhas operárias vêm desaparecendo de suas colmeias na América do Norte e Europa. O fenômeno, chamado de Desordem do Colapso das Colmeias (DCC), causou pânico na população mundial, e algumas questões ficaram no ar: para onde e por que as abelhas estão fugindo? Estariam mesmo morrendo?

A resposta ainda é desconhecida, porém, diversos estudos foram feitos e muitos fatores, levantados. Segundo dados adotados pela

ONU, houve uma redução de 3,5 milhões de colmeias nos Estados Unidos, entre 1950 e 2007. Na Alemanha, por exemplo, 75% dos insetos, não só polinizadores, desapareceram entre 1989 e 2012. Em abril deste ano, a União Europeia proibiu o uso das três substâncias químicas em culturas agrícolas (exceto culturas produzidas em estufas), depois que um estudo científico descobriu que elas são prejudiciais às abelhas.

O potencial da apicultura brasileira

Se a média brasileira chegasse à metade dos 65 kg de mel por km² produzidos em Santa Catarina, o país seria o maior produtor do mundo

O mercado apiário do Brasil está avaliado em 360 milhões de dólares, sendo que o número de apicultores vem aumentando 4,5% nos últimos dez anos, segundo estimativas da Confederação Brasileira de Apicultura.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupam em torno de 8% de território nacional, e, juntos, produzem 40% do mel do Brasil. Santa Catarina, entre os três estados, apresenta a maior produção do país, sua média é de 65kg de mel por quilômetro quadrado, enquanto no país se produz em mesma área em média apenas 5kg.

Se a média brasileira fosse a metade da média de Santa Catarina, o país já seria basicamente o maior produtor de mel do mundo. O Brasil ocupa e se mantém no sétimo lugar no ranking mundial, apesar de todos os problemas que a apicultura enfrenta por aqui. “O país é um gigante adormecido!”, afirma Nécio Fernandes de Medeiros, presidente da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC), referin-

do-se à potencialidade produtiva do país. Essa potência melífera do Brasil vem das características especiais da flora e clima do país; a baixa produtividade dos apiários brasileiros só acontece mesmo por causa da reduzida utilização de recursos tecnológicos na produção. “Dá pra viver de apicultura, mas precisa-se de tecnologia”, enfatiza Medeiros.

Há alguns anos, a produção do mel brasileiro era praticamente toda destinada ao mercado interno. Porém, fatores externos acabaram beneficiando a apicultura nacional, fazendo com que ocorresse uma surpreendente elevação das exportações. Tal fato ocorreu quando os maiores exportadores mundiais, China e Argentina, tiveram suas exportações vetadas por questões de ordem sanitária.

Os números da produção nacional poderiam ser muito maiores, mas só não acontece porque o país é recortado por regiões que vivem realidades bem diferentes, com disparidades no conhecimento de pesquisas e de investimento em tec-

nologia, fatores que atrasam ainda mais o despertar desse gigante.

Santa Catarina, onde a produção é potencialmente maior que a nacional, é também um dos únicos estados com apoio governamental. Medeiros não acredita que se trata de mera coincidência. “Quando a sociedade acordar e perceber que a abelha não produz apenas mel... que a abelha é polinização, que a abelha é a perpetuação da espécie vegetal... Com certeza nós, os apicultores, teremos mais assistência.” **Z**

Abelha não produz apenas mel

A importância da polinização está diretamente relacionada à reprodução das plantas. A polinização é o transporte de grãos de pólen de uma flor para outra. É através deste processo que as flores se reproduzem. Os cultivos de clima temperado, como maçã, pêsego e laranja, precisam mais da polinização das abelhas. No cultivo da maçã, se não houver polinização, não existe colheita.



Colapso anunciado

O que pode acontecer com o mundo se todas as abelhas sumirem



Imigrantes e refugiados buscam recomeço no Brasil

Apesar do preconceito, o país tem avançado no acolhimento dos que vêm de fora



O amarelo claro e o azul nas paredes do pequeno apartamento no bairro Monte Cristo, em Florianópolis, foram escolhidos para lembrar a antiga residência na cidade venezuelana de La Guaira, de onde o casal Bellatrix Yroslab Ross Villanueva e Henry Jose Garrido e seus dois filhos, Andre e Nicole, partiram há um ano em busca de melhores condições de vida. O ambiente aconchegante em sua simplicidade foi mobiliado aos poucos, com a maioria dos móveis comprados em grupos de venda e troca no Facebook. Hoje, os cinco cômodos são a casa de uma família de sete pessoas. É que além de Bia, como Bellatrix é chamada carinhosamente no Brasil, a família recebeu há um mês o irmão dela, Tomás Andres, a cunhada Jessy Elena Zaraza Velasquez e o bebê de quatro meses Tomas II.

Na sala composta por um sofá, estante, televisão e mesa de jantar, a família venezuelana se preparava para falar das frustrações, dores, esperanças e vitórias que envolveram a decisão de emigrar, quando Bia, já mesclando o espanhol com um pouco do português, em um gesto simbólico iniciou a conversa oferecendo duas notas da moeda venezuelana: uma de 1 mil bolívares e outra de 500. “Toma, pode ficar para vocês colocarem no jornal. Para nós, não vale mais nada”. As notas, sem valor para quem agora vive no Brasil, quase não valem também na Venezuela.

Para explicar a perda de poder aquisitivo e o desequilíbrio econômico que se vive na Venezuela – e que levam a gestos como o de Bia – a jornalista da rede de televisão multiestatal Televisión del Sur, a brasileira Michele de Mello, chama a atenção para a complexidade da situação, em que vários fatores se somam. A gradual dolarização da economia é um deles. No dia 20 de junho o valor de um dólar, segundo o câmbio oficial, equivalia aproximadamente a 80 mil bolívares. No entanto, no câmbio ilegal, um dólar equivale a cerca de 2,5 milhões de bolívares. Esse valor corresponde no país a praticamente um salário mínimo, contando com o abono alimentação.

Em maio deste ano, o presidente Nicolás Maduro aumentou o salário mínimo em 64%. Porém, o preço dos produtos deixou de ser compatível com a renda da população. A perda do poder aquisitivo, explica a jornalista, se deve às grandes empresas privadas que importam com o dólar no valor oficial, mas comercializam de acordo com o valor ilegal. Além de um enfraquecimento total da moeda, a circulação de dinheiro efetivo no país diminuiu.

Tais circunstâncias impulsionaram

uma forte migração de venezuelanos para o Brasil, que entram no país principalmente pelo estado de Roraima, como fez a família de Bia. A pesquisa Desafio Migratório em Roraima, realizada pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV/DAPP), em 2018, para fomentar o debate sobre as atuais políticas e gestões migratórias do Brasil, mostrou que até julho de 2017 o número de registros ativos de venezuelanos no país era de 5 mil, refletindo um aumento nas solicitações de refúgio, mesmo antes da nova Lei de Migração, de número 13.445/2017.

A lei aprovada pelo presidente Michel Temer em maio do ano passado substituiu o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980) e foi considerada um avanço positivo pela sociedade civil e organizações que participam do debate sobre direitos humanos e migração, principalmente por não priorizar segurança nacional em detrimento de questões humanitárias. Porém, o texto foi sancionado com vetos e o decreto de nº 9.199/2017 que o regulamenta é visto como contraditório à própria Lei de Migração, adiando a concessão de visto humanitário, abrindo possibilidade de prisão de imigrantes sem documentos, entre outros pontos que contrariam os avanços contidos em lei.

Boa Vista, capital de Roraima, é o principal destino dos imigrantes que atravessam a fronteira pela cidade de Pacaraima. A falta de recursos da prefeitura e do governo do estado para lidar com o número crescente de venezuelanos tornou emergencial a ação de ONGs para auxílio aos recém-chegados na busca por oportunidades, como a Fraternidade sem Fronteiras (FSF). Fundada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a FSF desenvolve desde 2009 projetos humanitários no Brasil e na África Subsaariana.

Segundo Kamila Lovizon, assessora da FSF, os próprios voluntários pediram para que a ONG ajudasse nessa situação. O fundador e presidente da Fraternidade, Wagner Moura, fez uma visita em outubro de 2017 ao estado e em dezembro do mesmo ano, com doações e a ajuda dos colaboradores, foi inaugurado o primeiro centro de acolhimento da ONG no Brasil. O centro tem capacidade para acolher cerca de 100 famílias de venezuelanos que atravessam a fronteira em busca de melhores condições, com prioridade para atendimento a crianças, mulheres grávidas, idosos e pessoas doentes. Eles recebem moradia, alimentação, aulas de português, cuidados com a saúde e orientação para o trabalho.

Esse amparo humanitário, como chama a assessora, é possível e mantido por meio de colaborações de voluntários e apoiadores. Além do centro de acolhimento em Roraima, há as Caravanas, em que voluntários da Fraternidade viajam com o intuito de ajudar os venezuelanos. A primeira caravana criou um sistema de cadastro de currículos e também de oferta de emprego, seja de loja, empresa ou indústria. Lovizon afirma que muitos venezuelanos estão conseguindo empregos, e consequentemente dando espaço para outras famílias no centro de acolhimento. “Eles mesmos têm essa consciência. Existem casos em que alguns mem-

Modalidades migratórias: entenda a diferença

Definição é do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados



Migrante: É toda pessoa que partiu de seu país por várias motivações – ambientais, econômicas, políticas e sociais –, mas sempre por escolha própria. Quem escolhe ficar no Brasil em definitivo, há amparo da nova Lei de Migração de 2017.



Refúgio: Aí se incluem pessoas que estão fora de seu país de origem por temores legítimos de perseguição, por questões de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a um grupo social; por opinião política divergente; por violação grave e generalizada de direitos humanos; ou por conflitos armados.



Visto humanitário: Esta modalidade pode ser interpretada como um complemento ao refúgio, já que abrange vítimas de crises econômicas e ambientais. Evita a precariedade na situação migratória para que os indivíduos cheguem regularizados em outro território.



Asilo: Diferente das outras modalidades de migração, o asilo tem aspecto político e é concedido pelo presidente da República, sem lei ou órgão específico para analisar a solicitação. Pode ser diplomático, quando é solicitado em país estrangeiro junto à Embaixada brasileira, ou territorial, quando o requerente está em território nacional.

bro de famílias começaram a trabalhar. Essas famílias, então, alugaram uma casa juntas para sobrar espaço para outras pessoas no centro de acolhimento”.

De acordo com Lovizon, cerca de 400 a 500 venezuelanos entram por dia no Brasil. “Eles chegam a Roraima de várias maneiras, alguns de ônibus, caronas e outros até mesmo caminhando de 150 a 500 km”, afirma.

Outro dado significativo da pesquisa da FGV/DAPP, que mais uma vez é comprovado pela experiência de Bia e do marido Henry, mostra que, apesar de subvalorizados profissionalmente no Brasil, os imigrantes venezuelanos apresentam bom nível de escolaridade, já que 78% têm ensino médio completo e 32% são graduados ou pós-graduados.

Encontrar trabalho e moradia no novo destino são geralmente as principais preocupações de quem emigra. E não foi diferente com Bia e sua família, que partiram da Venezuela após vender a casa própria que possuíam, toda mobiliada, para a mãe de Henry. Com o dinheiro que conseguiram, pagaram passagens de avião, hospedagem para os primeiros dias no Brasil e o excedente de bagagem.

Bia lembra que o que mais surpreendeu a família quando chegaram em Florianópolis foi ver nos supermercados da cidade alimentos vendidos a preços que podiam pagar, apesar do pouco dinheiro de que dispunham naquele momento. Henry conta que nos supermercados da Venezuela não havia quantidade suficiente para todas as pessoas e era na beira das estradas que se vendia de tudo, desde comida até itens de higiene e medicamentos, sempre por preços altíssimos, através de contrabandistas chamados de *bachaqueros*.

Chegando em Santa Catarina, a família conseguiu alugar uma quitinete no bairro Campinas, em São José, enquanto buscava emprego. O primeiro trabalho de Bia, que é formada em curso técnico de Administração, foi como faxineira de um restaurante. Só não contaram a ela que o



trabalho duraria apenas duas semanas, pois o lugar havia sido vendido. De volta à busca por emprego, soube de uma vaga, por uma amiga brasileira, em outro restaurante em São José. Hoje, trabalha fazendo limpeza e servindo mesas. Henryry conseguiu um emprego em uma rede de supermercado da Grande Florianópolis, através de outro imigrante venezuelano que falou sobre vagas disponíveis.

A despeito das dificuldades de ser imigrante, Bia conquistou muitas amizades no novo trabalho e é amparada sempre que precisa. “Ganhei brincos no Natal e às vezes me dão até um dinheirinho dizendo que é para eu comprar coisas para a minha casa”, afirma. Mas também já sofreu discriminação, como a vez em que uma colega de trabalho demonstrou repulsa ao encostar nela ou quando um cliente disse que era melhor “ter cuidado com a venezuelana”, sugerindo serem todos ladrões, por causa da crise econômica do país.

Apesar das dificuldades que encontraram no início, Bia afirma que é muito grata pelos gestos solidários de alguns brasileiros. Quando chegaram aqui, seus filhos Andre, de 13 anos, e Nicole, de 12, precisaram ir à escola. Conseguiram ser matriculados em uma escola estadual em São José e logo foram acolhidos por funcionários que, sabendo da situação vulnerável da família recém-chegada, não cobraram o valor simbólico da carteirinha de estudante, nem os pacotes de papel sulfite que cada aluno deve doar à escola no início do ano letivo.

O casal sente saudades dos familiares que deixaram na Venezuela, mas não pretende voltar em breve. Henryry sente falta da filha que deixou com a ex-esposa, mas, por enquanto, conseguir se manter no país é a prioridade. No Brasil, aos poucos eles criam laços e esperanças. Acompanham notícias da cidade natal em grupos do Whatsapp e Facebook, todos envolvendo imigrantes e pessoas que permaneceram por lá.

Panorama da Venezuela

A jornalista Mello, que vive há três meses em Caracas, na Venezuela, afirma que existe um bloqueio internacional por parte dos Estados Unidos da América e pela União Europeia, o que impede a Venezuela de comercializar em dólar e aplica multas e sanções a países que comercializarem com os venezuelanos. Tais barreiras afetam diretamente a exportação de petróleo do país, principal fonte de renda venezuelana. Ao apostar no petróleo como motor da economia,

setores como a indústria e a agricultura acabaram subdesenvolvidos. Cerca de 80% de tudo o que se consome no país é fruto de importação, e mais de 60% da distribuição é privada.

A situação delicada pela a qual passa a Venezuela gera também embates políticos entre apoiadores e opositores ao governo. De um lado, há acusações de irresponsabilidade política e econômica e de compra de votos na reeleição de Maduro. Do outro, apontamentos sobre empresários que teriam escondido mantimentos básicos para reforçar a crise no abastecimento e cobrar mais caro pelas mercadorias que, na teoria, estariam em escassez. “É difícil. A realidade de qualquer país, de qualquer lugar, sempre vai depender do ponto de vista de cada pessoa, e o ponto de vista de cada pessoa vai ser influenciado pela vida que ela tinha antes dessa crise econômica, a vida que ela tem agora, a orientação política”, opina a jornalista da TeleSur.

Em meio a discussões que se contradizem e se acirram, a população venezuelana tem passado por situações precárias de alimentação e saúde. O governo tem tentado amenizar os efeitos da crise e combater o desabastecimento. Em 2016, foi implementado um sistema de vendas de alimentos a preços subsidiados, em forma de cestas básicas. O atendimento básico de saúde é oferecido gratuitamente e são cobrados valores relativamente baixos pela energia elétrica e o gás.

“A gente andava por Caracas e via longas filas em muitos lugares. Eram filas para comprar os alimentos que o governo venezuelano tinha disponibilizado”, relata Elaine Tavares, pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre sua passagem pela Venezuela em janeiro de 2016.

Os venezuelanos registrados nos chamados Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) têm direito a comprar a cesta básica de 12kg, que costuma conter farinha, macarrão, óleo, arroz, açúcar e leite. Para Bia, a iniciativa amenizou a situação da fome no país, mas a quantidade de comida logo se mostrou insuficiente para alimentar a população.

Henryry lembra que a família fazia apenas uma refeição por dia e que, quando compravam determinados alimentos, não sabiam quando os conseguiriam novamente, tanto pela condição financeira, quanto pela escassez de oferta no comércio e da periodicidade irregular das Caixas CLAP.

Pânico moral, racismo e xenofobia

O acolhimento de imigrantes – e também de refugiados – tanto no Brasil, quanto no resto do mundo – ainda é precário e repleto de falhas.

Crises econômicas ou políticas e epidemias, por exemplo, quando relacionadas a imigrantes e refugiados, costumam ser noticiadas e propagadas de forma irresponsável, dificultando ainda mais esse quadro e, muitas vezes, provocando medo. No caso dos imigrantes africanos, a forma como foi noticiada a epidemia de ebola que atingiu alguns países do continente causou pânico, ocasionando atitudes discriminatórias contra eles no mundo todo.

Samira Moratti, doutora em História e especialista em Mídia e Migrações, aponta para o fenômeno do “pânico moral”. “O pânico moral é generalizado na sociedade e determinados grupos passam a ser vistos como suspeitos. Isso gera discursos xenofóbicos e racismo”, explica. Segundo ela, há um grande rechaço ao outro, àquele que vem de fora e que é visto como um alien. “Esse termo, aliás, é utilizado em políticas estadunidenses, para designar um imigrante”, exemplifica. Em relação aos venezuelanos, ela acrescenta que as pessoas tendem a achar que não há racismo. “Mas ele existe, sim, e nesse caso, manifesta-se por causa do fenótipo, que é a aparência que uma pessoa tem, determinada por seus genes”.

Moratti afirma que os pânicos morais são acionados contra determinados grupos, majoritariamente vindos do Sul Global e do Haiti, que passam a ser vistos como ameaças. “No caso dos imigrantes africanos e haitianos também pesa sobre eles o pânico por serem relacionados a riscos contra a saúde. Eles são associados a portadores de doenças e por serem, muitas vezes, pessoas pobres e marginalizadas, acreditam que supostamente podem vir a praticar crimes. Esses discursos são teorias que permanecem na sociedade e se refletem, inclusive, no jornalismo”.

Mudanças: nova vida como imigrantes dá esperanças à família da venezuelana Bellatrix (ao centro), mas recomeçar em outro país implica vencer muitos obstáculos



“Pânico moral é generalizado na sociedade e alguns grupos passam a ser vistos como suspeitos. Isso gera discursos xenofóbicos”



IMAGEM DE ARQUIVO FSF

Na análise que a pesquisadora faz, enquanto grupos negros ou de pessoas com fenótipos considerados não-brancos são vistos como ameaças, os fluxos migratórios de pessoas de origem europeia ou estadunidense são vistos como uma imigração “qualificada”. “Durante os séculos 19 e 20, o Brasil teve uma série de políticas voltadas para imigração, com graves características racistas. Um exemplo é a Decisão Imperial nº 80, de 1824, que dizia que o Brasil estaria disposto a receber pessoas ‘brancas, livres e industriosas’. Até o Estado Novo, com Getúlio Vargas, era muito comum ter claro nas leis o perfil de imigrante desejado”, destaca Moratti.

Durante a ditadura militar, passou a valer o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), que tinha forte proteção à segurança e à soberania nacional, permitindo a entrada de estrangeiros de acordo com os interesses nacionais. Moratti destaca que, apesar de o estatuto de 1980 não descrever o imigrante desejável branco como as leis anteriores, as ações discriminatórias prevaleceram.

“A partir da década de 1960, quando o Brasil recebeu o primeiro escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a gente viu uma política mais atenuada. Segundo a política, parecia que o país dizia ‘nós vamos receber imigrantes que vão ter que passar por um crivo do governo e essas pessoas só entram se nós quisermos, porque precisamos respeitar a soberania nacional’. Na prática, vimos e ainda vemos que determinados imigrantes são escolhidos, são bem-vindos e outros não”.

Moratti frisa que o conteúdo dessas leis discriminatórias hoje se expressa na forma de preconceitos, repetidos pelo senso comum, que cometem atos racistas e xenofóbicos contra imigrantes e refugiados “não desejáveis”. No entanto, a pesquisadora destaca que imigrantes europeus também sofreram discriminação no país, durante a Campanha de Nacionalização no Estado Novo. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, alemães, italianos e japoneses sofreram perseguição por parte do governo de Getúlio Vargas.

“Mesmo assim, a imigração branca continua sendo vista como um ganho cultural e a gente vê isso em tradições sendo perpetuadas, principalmente em Santa Catarina.” Já os imigrantes não-europeus, ainda que tenham rica cultura própria, são vistos como um problema que o governo tem que resolver. O discurso que incide sobre a sociedade, como destaca a pesquisadora, é de que essas pessoas sejam deportadas, que

haja um controle de fronteiras e que elas não sejam acolhidas. “Por trás de tudo isso, existe o racismo e a xenofobia e as pessoas não admitem isso em hipótese nenhuma”, pontua Moratti, lembrando do imaginário do “brasileiro acolhedor”, associado a outro mito, o da “democracia racial”.

Além do preconceito e da ideia de serem um “problema para o país”, há a estigmatização do imigrante e do refugiado como pessoas que necessitam apenas de caridade, diminuindo e invisibilizando suas histórias de vida e ignorando a carga cultural e o potencial econômico que existe no acolhimento de pessoas que podem contribuir com o país, com suas formações e profissões. Isso resulta, segundo Moratti, em problemas de inserção e integração. “Quando você apenas acolhe sem dar suporte a esses imigrantes, você está inserindo-os na sociedade, mas não está integrando-os, ou seja, não está fazendo com que eles tenham uma vida boa aqui, que sejam recebidos da melhor forma possível, que tenham acesso a saúde, a educação e a emprego”.

Apio em Florianópolis

Com imigrantes e refugiados vindo ao Brasil, surge também a necessidade de auxílio no processo de recepção. O Núcleo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados (NAIR) é um Projeto de Extensão da UFSC, desenvolvido pelo grupo Eirenè – nome que significa “deusa da paz” na Grécia. Fundado em 2011, o Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional, junto com a Pastoral do Migrante, vinha desenvolvendo ações para prestar auxílio a essas pessoas, na região da grande Florianópolis, desde 2014.

Essa cooperação perdurou até fevereiro deste ano, quando foi inaugurado o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) em parceria com a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e o Governo do Estado de Santa Catarina. “Esse projeto de acolhimento foi algo que surgiu a partir de uma militância nossa, da universidade, da sociedade civil e da Pastoral do Migrante, porque era necessário profissionalizar o atendimento aos imigrantes e refugiados e também cumprir com as normativas internacionais de direitos humanos”, afirma Karine de Souza Silva, professora e coordenadora do programa.

O CRAI está localizado em Florianópolis e é o segundo Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante no Brasil, inaugurado dois anos após impasses com

o poder público. Há outro CRAI no estado de São Paulo. Atualmente, o trabalho é realizado com a verba do estado, mas com gestão da ASA, com apoio da UFSC e com parte de verbas da Pastoral do Migrante. Silva enfatiza que todo trabalho é realizado em conjunto com a sociedade civil, com recurso do governo federal – porque a ASA foi vencedora da licitação –, mas que não é um serviço do estado.

Segundo a coordenadora, o trabalho de apoio aos imigrantes e refugiados é feito em dois processos: um é a regularização migratória, que ocorre quando o imigrante precisa regularizar sua documentação, como o visto de trabalho, estudo ou até mesmo humanitário. Sem a regularização, ele passa a ser considerado como uma pessoa não documentada no país. O segundo processo de apoio é a integração deles na sociedade. Com todos os documentos regularizados, o imigrante ou refugiado precisa, neste momento, de inserção laboral. Há então o encaminhamento para acessibilidade linguística e o incentivo às empresas para que façam a contratação dessas pessoas. A acessibilidade linguística se dá através da Pastoral do Migrante e de parcerias com cursos da UFSC e de outras instituições de ensino que realizam projetos para instrução e participação dos imigrantes e refugiados no ensino da língua portuguesa.

Os próprios imigrantes e refugiados fazem a divulgação entre eles do local de atendimento, e, quando chegam a Florianópolis, já sabem aonde ir. Boa parte das pessoas que auxiliam no projeto de extensão tem conhecimento das línguas espanhola e francesa, importante para ajudar nos trâmites e outras necessidades dos recém chegados. São realizados cerca de 40 atendimentos por dia, mas houve períodos, principalmente com a chegada dos haitianos, em que eram atendidas de 80 a 100 pessoas por dia. O site da Polícia Federal continua em português, sem opção para outros idiomas, e muitos ainda têm dificuldade com a língua. Uma parte deles vêm a Florianópolis receber esse auxílio e depois alguns acabam indo morar em outras cidades.

Além da professora Silva, cerca de 12 alunos da graduação, mestrado e doutorado do curso de Relações Internacionais e do Direito participam do Eirenè. O grupo auxilia em ações burocráticas, como a renovação de passaporte, pedido de certidão consular, declaração de residência e declaração de reunião familiar, na qual o imigrante atesta ao governo que tem condições financeiras de trazer sua família para o Brasil. **Z**

Acolhimento: centro mantido pela ONG FSF e por doações tem capacidade para atender 100 famílias de venezuelanos, em Roraima



A mentira virou notícia

Num grupo do aplicativo WhatsApp, Plínio de Oliveira*, estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criou uma brincadeira que rapidamente fugiu do controle. Ele e alguns amigos “fabricaram” um áudio a respeito da contratação de um técnico de futebol por um time do estado – mas era tudo lorota. Começou como uma pegadinha. Ficou combinado entre os autores que isso não seria espalhado fora do grupo. Só que a brincadeira acabou sendo disseminada. Nem Plínio nem ninguém sabe quem foi o primeiro a espalhar a falsa notícia.

A velocidade da propagação foi extremamente rápida. Durante a manhã, o áudio foi forjado e mandado para os grupos de torcedores, que têm cerca de 45 participantes. Ao meio dia o assunto já era discutido em programas de rádio na cidade.

“Fiquei assustado como as coisas se alastraram de modo tão fácil. Mesmo não sendo um conteúdo urgente, futebol é um assunto de muito engajamento. Assustou a rapidez de como tudo aconteceu. As rádios da cidade têm repórteres para verificar se era verdade. Ainda assim, a falsa notícia se espalhou”, conta o estudante. E ela só foi desmentida pela tarde.

“Um site da cidade fez um fact-checking (checagem de fatos). Eles ligaram para a rádio que deu a notícia do áudio forjado e descobriram que eles nem trabalham com a editoria de esportes”, relata, afirmando que não faria novamente a brincadeira. “Comentei com o pessoal que isso é algo que a gente faz uma vez e se lembra para o resto da vida”, considera o estudante.

A exemplo da pegadinha que virou informação e agitou a cidade, as notícias falsas estão impactando a realidade de forma brutal. Durante a greve dos caminhoneiros, por exemplo, elas tiveram um papel crucial, sendo multiplicadas e difundidas pelo WhatsApp.

Utilizando-se do descontentamento popular com os aumentos no preço dos combustíveis, os produtores de fake news, como são chamadas as notícias forjadas, bombardearam as redes com informações falsas: um suposto aumento de 37% na tarifa da energia elétrica e de 14% no valor do litro de gasolina; um bloqueio do WhatsApp pelo governo federal e um suposto sermão do Padre Fábio de Melo, onde ele dizia que “aprendeu a olhar para o senhor caminhoneiro e reconhecer como é importante o seu trabalho”. Tudo mentira.

Edgard Matsuki, repórter da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), viu nas fake news uma oportunidade. O desejo de ter um projeto próprio e a necessidade de desmentir boatos na internet fez com que Matsuki criasse o Boatos.org em junho de 2013, sendo a primeira página de fact-checking feita por jornalistas. Para ele, “os boatos sempre foram um problema, mas

foi com o passar do tempo que comecei a ter dimensão do estrago que uma notícia falsa causa”.

Ele realiza todo o trabalho de verificação. Para isso, criou uma rede com os leitores através do WhatsApp. Diariamente, uma média de 500 mensagens chegam a essa rede, relatando cerca de 20 histórias – em forma de notícia, texto, áudio ou vídeo.

O principal meio pelo qual as fake news são compartilhadas é o WhatsApp. 96% delas são divulgadas através do aplicativo. O maior vetor de conteúdo falso são os grupos de família. As mensagens têm um efeito cascata: vão sendo transmitidas rapidamente entre usuários e repassadas a outros grupos. Perde-se o controle da abrangência. No Facebook e Twitter é possível saber o número de compartilhamentos, curtidas e pessoas alcançadas por uma publicação. No WhatsApp, não se tem essas informações.

A primeira coisa que Matsuki faz é verificar a circulação do conteúdo. Para isso, verifica quantas pessoas enviaram mensagem, quantas pessoas estão buscando pelo assunto dentro do site e como o assunto está sendo falado em redes sociais. A partir daí, escolhe o que vai ser analisado.

Depois disso, o conteúdo é destrinchado. Ele procura o lead – as perguntas básicas que uma notícia deve responder: quem? O quê? Quando? Onde? Por quê? e faz pelo menos três leituras. Após a leitura, faz anotações que serão usadas no desmentido. “Algumas características são típicas em textos falsos na internet: erros de ortografia, caráter alarmista, falta de fontes ou fontes que não podem ser checadas, como por exemplo, ‘um amigo do meu primo que é policial’”, relata.

Desmentir falsas informações será prioridade também do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em ano eleitoral no Brasil, as fake news podem desempenhar o mesmo papel que tiveram nas eleições estadunidenses de 2016, onde uma guerra de desinformação foi travada. Um levantamento do BuzzFeed News mostrou que nos três meses finais da campanha presidencial dos Estados Unidos, as fake news eleitorais de melhor desempenho no Facebook alcançaram mais pessoas e tiveram mais engajamento do que as principais notícias de agências como New York Times, Washington Post, Huffington Post e outros.

No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tomou a primeira medida em combate às fake news eleitorais numa decisão do ministro Sérgio Silveira Banhos, que determinou que o Facebook removesse notícias falsas que acusavam a candidata Marina Silva de estar envolvida na Operação Lava-Jato.

A decisão foi baseada na resolução nº23.556 de 18 de dezembro de 2017, que

Fake news ganham força e repercutem nas redes sociais e nos aplicativos de conversa, mesmo quando iniciadas em uma brincadeira

trata sobre condutas ilícitas nas campanhas eleitorais.

Além disso, através da Portaria do TSE nº 949, também de dezembro de 2017, o TSE criou um conselho consultivo sobre internet e eleições para debater estratégias de combate às fake news. A poucos meses da eleição, o colegiado não se reúne desde março.

A legislação brasileira terá de ser adequada. Existem mais de 20 projetos tramitando no Congresso Nacional sobre o tema. Na quantidade, sobram divergências sobre o tema. Boa parte dos projetos apresentados propõe regras de dois tipos: ou criminaliza o produtor das fake news ou impõem às redes como Facebook, Google ou Instagram a obrigação de fiscalizar o conteúdo que circula em suas plataformas, sujeitando essas empresas a multas caso não realizem o trabalho.

Há uma preocupação de que se as leis a respeito do tema forem muito específicas, podem se tornar repressivas. Se forem vagas, dão lugar a interpretações distintas. Por isso, o trabalho de prevenção às fake news deve ser priorizado. Sempre é melhor evitar danos do que contê-los. **Z**

* Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado

“Boatos sempre foram um problema, mas foi com o tempo que comecei a ter noção do dano que uma fake news pode criar”

Características das notícias falsas e como combatê-las

1. Considere a fonte da informação
2. Leia além do título
3. Cheque os autores
4. Procure fontes de apoio



- E mais:
5. Cheque a data da publicação
 6. Consulte especialistas
 7. Questione se é uma piada
 8. Revise seus preconceitos

FONTES: ARTIGO NO FIRST DRAFT NEWS DE CLATRE WARDLE DIRETORA DE PESQUISA DO TOWN CENTER FOR JOURNALISM, NA UNIVERSITY OF COLUMBIA, NOS EUA & FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS
 ÍCONES: FLATICON.COM

Duras de matar

Sucesso nos anos 90, videolocadoras resistem ao tempo e às novas tecnologias

Manter uma vídeo locadora hoje é uma missão impossível. Ou quase. Um estudo publicado em 2016 na *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios* apontou que as videolocadoras da Grande Florianópolis são organizações de pequeno porte com média de 13,5 anos de existência, cerca de dois funcionários, e atuam predominantemente na locação de filmes - mais de 90% delas oferecem locação de Blu-ray e DVD.

O setor está em declínio tanto em termos de competitividade de mercado como na quantidade de organizações. A conclusão é que a popularização da televisão por assinatura junto com a pirataria e o download de filmes formaram uma trinca que atingiu em cheio as videolocadoras.

Na década de 90, elas estavam presentes na maioria das grandes cidades brasileiras. Malcon Bauer, ator e professor de teatro, recorda como o pai, um electricista, decidiu abrir uma videolocadora em Agrolândia - Santa Catarina, sua cidade natal.

Tudo começou quando os dois visitaram a videolocadora do tio em Brusque. Animado com o sucesso do irmão, o pai de Bauer resolveu tentar o negócio. “A videolocadora e a loja de materiais elétricos e hidráulicos funcionavam no mesmo local, sob o mesmo CNPJ. Nos fundos, ficava a nossa casa”, recorda o professor de teatro.

Com o passar dos anos, ele assumiu a videolocadora. A chegada de uma concorrente na cidade fez com que o pai dele perdesse o interesse no comércio dos filmes, já que o lucro não era o mesmo de antes. “Ele mantinha a videolocadora aberta por minha causa e eu comecei a administrar. Eu amava trabalhar naquilo. Fazia de tudo, desde faxina até organizar a contabilidade”, relembra o ator.

A família começou a sentir o peso da concorrência. Malcon pretendia ir para Florianópolis cursar Teatro na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e em março de 1998 a loja foi fechada.

A videolocadora não acompanhou a chegada do DVD. Caso não fechasse por causa da concorrência, seria inviável comprar os filmes em duas mídias sem saber qual era o público consumidor de cada formato.

Além da disputa de mercado, Malcon diz que teve sua parcela de culpa na falência da videolocadora. Ele comprava filmes pelos quais somente ele se interessava. “Hoje eu posso afirmar que, antes dos 18, levei o negócio do meu pai à falência. Afinal, quem em Agrolândia ia alugar *2001: Uma Odisseia no Espaço?*”, brinca. Em 1999, ele foi para Florianópolis estudar Teatro na Udesc.

Em Florianópolis, Paula Campos gerenciou duas videolocadoras, abertas em 2007. Em 2014, vendeu os estabelecimentos. Mas os motivos para fechá-los não foram a falta de clientes causada pelos serviços de *streaming* ou pelas TVs a cabo.

Ela possuía uma franquia da Videoteca e a vendeu para o dono da marca; por dois anos ficou esperando o pagamento. Como não recebeu, pegou as lojas de volta. Com elas novamente sob sua gerência, surgiu um problema. “As videolocadoras me foram devolvidas com dívidas pendentes. Tentei negociar, mas o valor era muito grande. Consegui 30 dias para vender o mobiliário e fechar a loja”, conta.

Para ela, além de simplesmente alugar um filme, o dono e os clientes se tornavam bons companheiros. “Era um serviço sob medida. Não era uma relação fria, mas repleta de significado. Conhecíamos nossos clientes e também conhecíamos muito bem os filmes. Sabíamos o que era de interesse de quem”, relembra Campos.

Ela considera que a internet alcançou pessoas que já não frequentavam tanto as videolocadoras. “O público da Netflix é mais jovem e já pirateava filmes antes. A queda de consumo nessa faixa etária já havia acontecido há algum tempo”, reitera.

Para ela, foram os serviços fornecidos pelas TVs a cabo que mais dificultaram o trabalho. “As TVs a cabo são um serviço mais fácil para quem não domina tecnologia. E atingiu nosso público em cheio: as famílias”, revela a ex-proprietária. Era difícil concorrer com a NET, Oi TV, SKY e outros, principalmente pelos problemas de devolução e limite de cópias dos lançamentos.

“POSSO
*afirmar que
 antes dos 18 levei
 o negócio do meu
 pai à falência”*

Mauricio Kühl é um dos poucos proprietários de videolocadoras funcionando hoje na Grande Florianópolis. A Território Store fica em Picadas do Sul - São José. Ele considera que a relação criada com os clientes é fator determinante para a manutenção dos serviços. Cada consumidor possui seu próprio gosto e as indicações dadas pelos lojistas são um dos pontos fortes das videolocadoras. “Se tratando do público, muita gente gosta de receber uma indicação, uma sugestão de algo novo que chegou ao acervo”, afirma.

Para Kühl, essa relação foi estremecida pelas novas tecnologias, mas não foram elas a causa das mudanças de hábito do consumidor. “A comodidade de a pessoa estar em casa e escolher uma gama de séries e filmes por um valor fixo mensal foi o que determinou de fato a



troca da videolocadora por outros serviços”, reitera o proprietário.

A movimentação de novos clientes na Território Store ainda está baixa, mas o cadastro de novos consumidores está aumentando aos poucos. “Muitas lojas na grande Florianópolis acabaram fechando e esses clientes vêm de outros lugares em busca de qualidade e variedade de novos filmes em mídia física”, ressaltou Kühl.

Os serviços *online* oferecem ao cliente uma maior facilidade em consumir filmes, mas nas locadoras as pessoas encontram recursos que são de difícil acesso nos serviços de *streaming*. Segundo dados da Netflix, para assistir a um filme na qualidade 4K é necessário uma conexão de 25 Mbps, a velocidade média no Brasil é de 6,4 Mbps no ano de 2017, segundo a Akamai Technologies, empresa que realiza o monitoramento do tráfego de dados mundial e é uma das responsáveis pelo armazenamento de imagens e vídeos do Facebook e do Twitter.

Já no próprio serviço de *streaming* a situação é mais complicada. Segundo a Netflix, a velocidade média da internet dos usuários é menos de 3 Mbps, menor que os 5 Mbps recomendado para assistir filmes em HD.

No Brasil as videolocadoras buscam estabilidade em um cenário em que a internet não é uma realidade para todos. Um terço da população brasileira ainda não possui acesso à rede, segundo a pesquisa do Internet.org. Não existe infraestrutura suficiente para suprir as demandas de quem quer assistir filmes *online*. Assim, as limitações da conexão brasileira acabaram dando sobrevida às videolocadoras, que se utilizam do relacionamento e fidelização dos clientes e da diversificação da oferta de produtos e de serviços para ficarem de pé e continuarem existindo.

A frase de Rocky Balboa, personagem de sucesso de Sylvester Stallone, resume bem a situação das videolocadoras: “Não importa o quanto você bate, mas sim o quanto aguenta apanhar e continuar. O quanto pode suportar e seguir em frente. É assim que se ganha.” **Z**

Acima: em seu auge em 1995, a locadora de Malcon Bauer, em Agrolândia

Abaixo: apesar de vasto acervo, locadoras precisam se reinventar para sobreviver

Independentes e ousadas

Pequenas editoras crescem e inovam o mercado livreiro com peças artesanais, ao utilizarem materiais, acabamentos e projetos gráficos inusitados e surpreendentes

Como em toda cultura independente, as pequenas editoras são vítimas da concorrência desleal. Algozes desse disputado mercado são as grandes editoras, que garantem e estabelecem a “preferência” dos leitores por determinados autores, com os quais assinam contratos de exclusividade que, de certo modo, ajudam a alavancar suas vendas, dificultando o espaço para o surgimento de novos talentos. Pesam nessa estratégia outros aspectos, como o tema e o gênero do livro. Mas o principal motivo para o sucesso das vendas ainda é a carreira bem sucedida e o nome do autor.

O mercado editorial tem suas particularidades, mas, com a persistência desse movimento, os negócios editoriais acabam sendo lucrativos apenas para uma minoria. Até mesmo para criar uma editora, é preciso ter dinheiro suficiente para lidar com possíveis baixas nas vendas. No modo tradicional, com os livros impressos, são diversas as despesas do processo editorial. Aí se incluem desde muitas revisões, estudo de capa, impressões, até os eventos de lançamento. E tudo isso acontece antes do início das vendas, o que torna a disputa por um espaço na prateleira cada vez mais difícil.

Quem publica o autor Luís Fernando Veríssimo, por exemplo, provavelmente dará respostas pouco animadoras aos escritores menos conhecidos, “o seu texto não está de acordo com nossa política editorial”, e coisas nesse sentido. Quando o assunto for algo polêmico, a rejeição é praticamente certa.

O custo da impressão de livros barateou com o desenvolvimento das técnicas gráficas, especificamente para as pequenas tiragens, facilitando a impressão sob demanda. Mas ainda assim as grandes editoras continuam com os mesmos critérios para selecionar os títulos a serem publicados. As editoras independentes foram estimuladas por essa dificuldade que o mercado tradicional de livros ocasiona para os escritores de “menor expressão”.

Para Saulo Ferreira, 21 anos, publicar seu primeiro livro não foi uma tarefa fácil. Aos 17 anos tentou publicá-lo por conta própria. O livro ficou um ano disponível em uma plataforma online e as impressões e entregas dos livros eram feitas sob demanda. “Entrar [no meio] por uma editora, para quem está começando, é mais difícil”, explica. Além do livro, o professor de inglês e português produziu também a capa e fez a diagramação do livro “na medida do possível, usando meus conhecimentos”.

Mas há muitas e criativas maneiras de se publicar livros fora do monopólio das grandes editoras e com bem menos recursos. Em Florianópolis, quando o as-



sunto são editoras independentes, a referência é o carioca Cleber Teixeira, editor e tipógrafo, que chegou à Ilha de Santa Catarina na década de 70 e decidiu criar uma editora para publicar os próprios poemas, a Noa Noa. A editora artesanal tinha sede no bairro Agrônômica, em sua residência. Teixeira era um homem de vasta cultura, autor de poesias. Trabalhava só com tipos móveis e impressoras manuais, como uma tipográfica do século 19, fazendo a maioria das tarefas sozinho. Muitos curiosos costumavam visitar sua oficina. Teixeira faleceu em 22 de junho de 2013 e seu acervo é atualmente objeto de pesquisas e trabalhos de conservação.

“Vivemos num país onde as pessoas não leem. Então, de certa forma, é uma batalha”

Ao longo de sua produção como editor independente, Teixeira publicou mais de oito mil títulos, como as traduções de Mallarmé, Donne, e. e. cummings, Keats, poetas provençais, Gertude Stein, e os brasileiros Affonso Ávila, José Paulo Paes, Angela Melin, entre outros. De maneira artesanal, com prensas ainda no modelo de Gutenberg, foram 68 livros clássicos nacionais e internacionais.

Uma das editoras alternativas de Florianópolis na atualidade é a Editora Caseira, localizada no Rio Tavares, que produz posters e zines, de contos ao clássico acadêmico. Toda essa produção de impressos e encadernação é feita em casa pelo próprio dono e editor Gustavo Reginato, com a ajuda de algumas parcerias. “A minha maior luta é pela democratização da leitura, do incentivo, porque

infelizmente vivemos num país onde as pessoas não leem. Então de certa forma é uma batalha”, comenta.

A editora busca na fabricação artesanal de seus exemplares uma conexão mais próxima com o impresso, facilitando a produção e a distribuição. No site da Editora Caseira, o cliente consegue solicitar o chamado “envelope surpresa”, que é um serviço de assinatura de impressos artesanais, feito de acordo com o perfil de cada um. Os envelopes são enviados pelos Correios, resgatando a arte-postal. “Eu acredito que conhecimento não deva ser comercializado. Mas ao mesmo tempo o que eu comercializo são objetos de arte”, disse. **Z**

Editoras independentes: exposição de trabalhos em feira no Museu de Arte de Santa Catarina

Entrevista com o Editor



Gustavo Reginato fala sobre seu trabalho na Editora Caseira

Como é a busca por colaboradores?

Muitos chegam até mim por internet e pelas feiras, e assim vão se estabelecendo esses contatos.

Como acontecem as decisões?

O projeto gráfico é determinado pela experiência tátil de leitura, mas também pelas limitações técnicas de produção. Eu tenho a facilidade de fazer livros artesanais sob demanda, então isso é um ponto chave para facilitar a produção de projetos mais elaborados, mas isso também gera um custo. Muitas vezes as decisões também estão relacionadas com o preço final dos livros, para que possam ser distribuídos em maior escala. Mas não chegam aos pés da distribuição de grandes editoras com tiragens de offset.

Como é a distribuição?

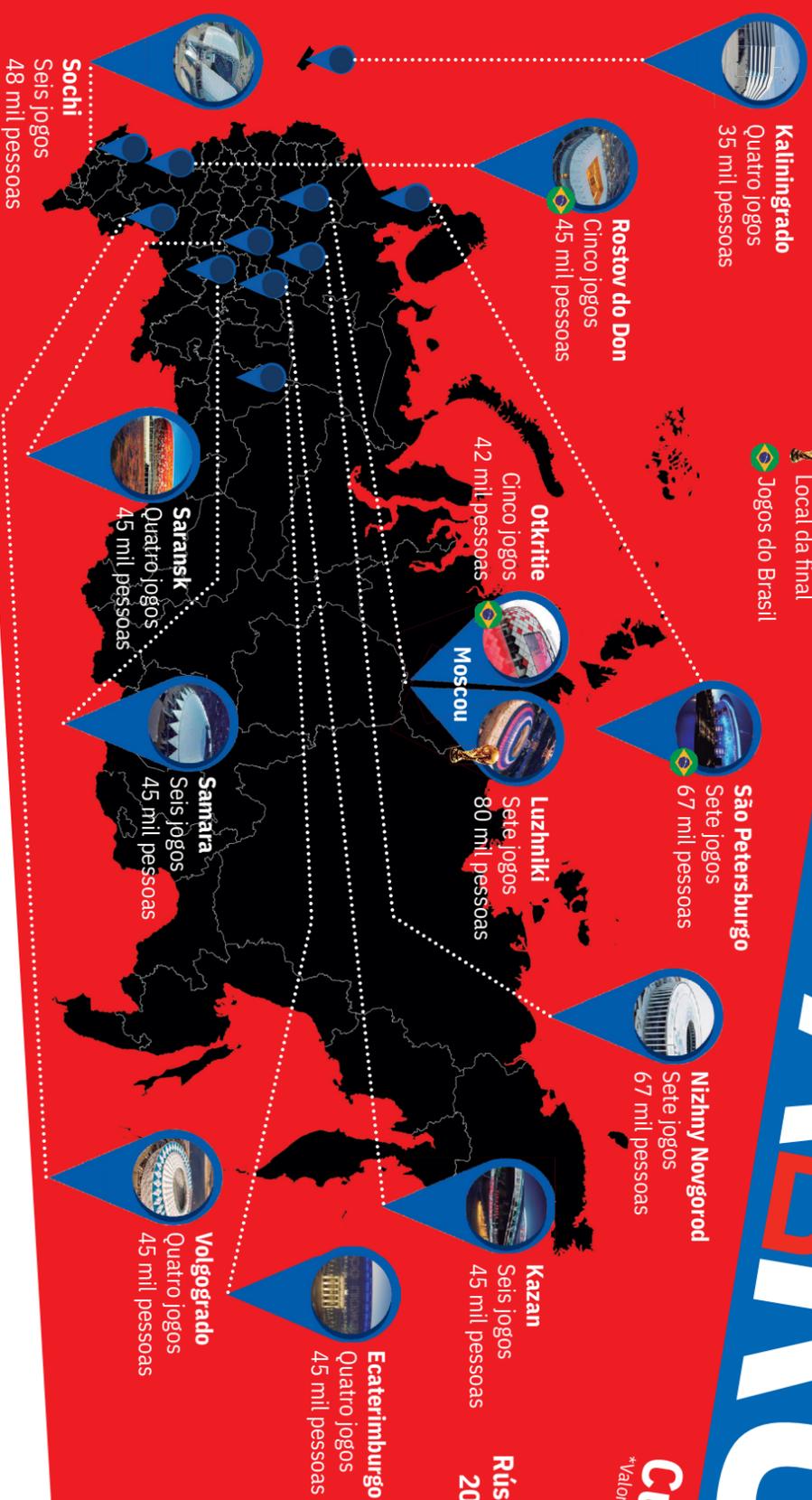
A internet funciona muito bem para poder disponibilizar esse acervo para o Brasil e para o mundo inteiro, e temos alguns pontos de vendas que encontrei, lojas que cheguei e pedi espaço ou, também, livrarias que chegaram me convidando para expor.

E quais as dificuldades enfrentadas?

No meu caso, tenho dificuldade em distribuir. A produção artesanal de livros, assim como é minha maior dádiva, é também meu maior tiro no pé. Isso pela dificuldade de produção que demanda tempo, mão de obra, e como eu tenho trabalhado sozinho peço ajuda em alguns trabalhos específicos. Então, de certa forma, o limite está no próprio gesto artesanal da produção, e é também o seu diferencial.

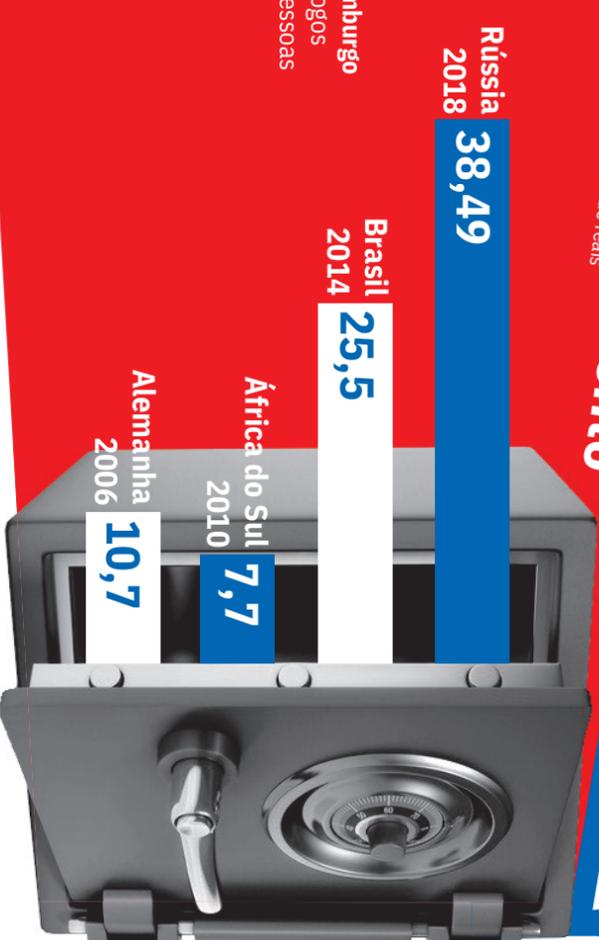


Sedes da Copa



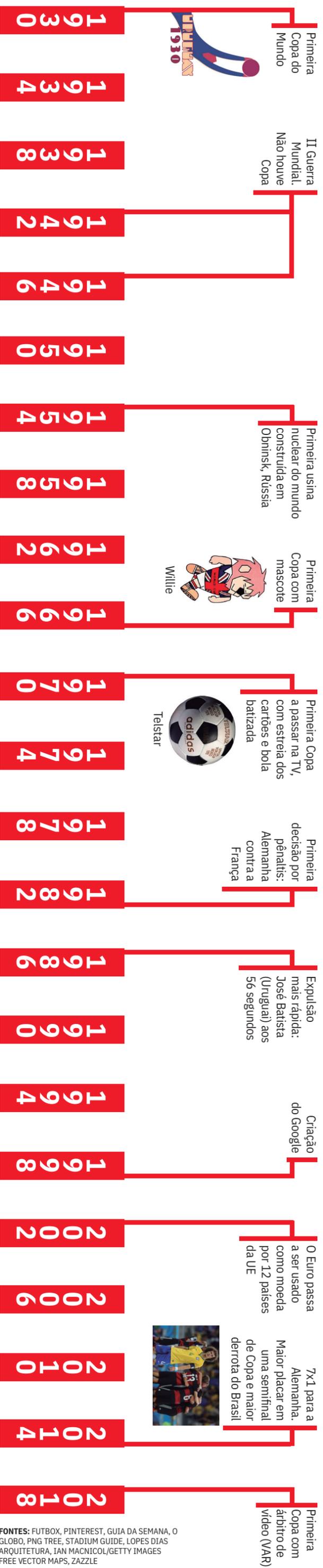
Custos do evento

*Valores em bilhões de reais



Acontecimentos que marcaram época

Alguns fatos ligados às Copas do Mundo e outros eventos importantes



TEXTO POR BÁRBARA HAMMES
barbarahammes@gmail.com
INFOGRAFIA POR LARISSA MARTINELLI
larimartinelli05@gmail.com